



UnB

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Bacharelado em Direito

JOÃO PAULO AGUIAR MOREIRA

Tributação e Direitos Fundamentais

As origens tributárias dos direitos fundamentais na Revolução Americana

Brasília
2017

JOÃO PAULO AGUIAR MOREIRA

Tributação e Direitos Fundamentais
As origens tributárias dos direitos fundamentais na Revolução Americana

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Graduação
em Direito da Universidade de Brasília,
como um dos requisitos necessários para
a obtenção do grau de Bacharel em
Direito

Orientador: Prof. Alberto Medeiros

Brasília
2017

RESUMO

MOREIRA, João Paulo A. **Tributação e Direitos Fundamentais. As origens tributárias dos direitos fundamentais na Revolução Americana.** Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito, Universidade de Brasília. Brasília, 2017. 70 p.

O fio condutor do presente trabalho reside na exploração dos impactos das leis tributárias impostas pela Grã-Bretanha sobre as Treze Colônias ao longo da década de 1760 na construção da ideia moderna de direitos fundamentais na América, especialmente a partir do marco do *Bill of Rights*, de 1791. Tal empreitada tem como ponto de partida uma análise histórica de cada uma dessas imposições tributárias, a partir da qual se evidenciam diversos reflexos nas insurgências que conduziram à Revolução e ao questionamento da própria relação constitucional com a metrópole. O estudo também se debruçará sobre as repercussões do movimento revolucionário na formação do constitucionalismo americano, passando pelo advento do republicanismo naquela nação e desembocando na construção da noção eminentemente moderna de direitos fundamentais do indivíduo, desenvolvida no bojo dos embates com o Parlamento e a coroa britânica.

Palavras-chave: Tributação, direitos fundamentais, Revolução Americana.

SUMÁRIO

CAPA	i
FOLHA DE ROSTO	ii
RESUMO	iii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PERCURSOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO AMERICANO.....	6
1. Origens	6
1.1. Crescimento e movimentação da população	7
1.2. Expansão econômica	9
1.3. Reformas do império britânico	11
2. Os atos tributários.....	13
2.1. O <i>Sugar Act</i>	13
2.2. O <i>Stamp Act</i> e o movimento do “ <i>no taxation without representation</i> ”.....	15
2.3. Os <i>Townshend Acts</i>	22
2.4. O <i>Tea Act</i> e a festa do chá de Boston	26
3. O conflito adentra o plano das ideias	28
3.1. O problema da representatividade “virtual”	29
3.2. O problema da unidade do poder imperial	31
4. A Declaração de Independência de 1776: universalismo	33
5. Igualitarismo americano: ruptura com a tradição.....	37
6. A Constituição dos Estados Unidos da América de 1787	41
7. O <i>Bill of Rights</i> de 1791	47
CAPÍTULO II – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PRIMEIRA GERAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	51
1. Condicionantes: a Revolução, o republicanismo e o apreço pela Constituição	51
2. Sobre o advento dos direitos fundamentais de primeira geração nos Estados Unidos da América	55
CAPÍTULO III – DOS ANTECEDENTES TRIBUTÁRIOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	60
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

A fim de lançar luzes sobre o contexto histórico da construção da ideia de direitos fundamentais, devemos voltar nossos olhos para a Revolução Americana. Isso porque Revolução não apenas criou os Estados Unidos do ponto de vista político-institucional, mas também produziu noções primordiais de Constitucionalismo, Estado de Direito e Direitos Fundamentais, noções estas profundamente arraigadas no pensamento jurídico moderno ocidental.

Um evento tão significativo inevitavelmente reclama diversas interpretações históricas. À parte das discussões historiográficas em torno da moralidade, do separatismo, do conservadorismo ou do radicalismo da Revolução, seu valor não pode ser posto em questão. A profusão de entendimentos, muitas vezes conflitantes, só confirma a absoluta relevância desse momento histórico, não só para os Estados Unidos, mas para todo o mundo ocidental.

No entanto, a presente análise tem um ponto focal bem delimitado: investigar os antecedentes tributários da formação da ideia moderna de direitos fundamentais no contexto da Revolução Americana.

Para tanto, partiremos de uma breve incursão pelas origens históricas do movimento de ampliação da presença britânica nas longínquas colônias americanas, o qual teve como objetivo geral o aumento das receitas da coroa. Nessa esteira, abordaremos as diversas leis tributárias impostas unilateralmente sobre os colonos a partir de 1764, oportunidade na qual analisaremos os impactos gerados sobre aquela sociedade colonial nascente, que foi mostrando-se cada vez mais reativa às pretensões fiscais britânicas.

Na sequência, passaremos a tratar do intenso embate travado com a metrópole em todos os canais de poder, desde os inúmeros levantes populares contra a presença britânica nos assuntos americanos até o notório movimento do “*no taxation without representation*”, que situou, desde o início, a posição americana numa sofisticada perspectiva constitucional.

A partir de então, o foco passa a ser o próprio movimento revolucionário e seus reflexos na consolidação teórica da Declaração de Independência de 1776, da Constituição de 1787 e, por fim, do *Bill of Rights* de 1791. A abordagem desses

importantes marcos históricos será sempre empreendida em atenção às insurgências americanas às referidas leis tributárias.

Ao final, tangenciaremos a construção da ideia inédita de direitos fundamentais do indivíduo, inicialmente numa perspectiva de direitos negativos, de primeira geração; e verificaremos em que medida os debates em torno da questão tributária influenciaram o surgimento de tal categoria normativa.

No entanto, antes de iniciarmos a investigação proposta, breves esclarecimentos de ordem epistemológica se fazem necessários.

Primeiramente, há de se justificar a alegação de que a origem dos direitos fundamentais, numa acepção moderna, remonta à experiência revolucionária americana. Pois bem.

Autores da estirpe de José Afonso da Silva¹ nos ensinam que, no correr da evolução dos direitos do indivíduo, diversos antecedentes formais das declarações de direitos foram sendo elaborados, a começar pelas lutas em prol de liberdades democráticas em Atenas e passando pela riqueza da experiência romana: a prerrogativa de que dispunha o Tribuno da Plebe de vetar ações injustas dos Patrícios; a lei de Valério Públicola, que proibiu penas corporais contra cidadãos em certas circunstâncias; e o *Interdicto de Homine ibero Exhibendo*, remoto antecedente do *habeas corpus* que hoje conhecemos. Por certo, o Direito Romano fez florescer uma série de instrumentos tipicamente jurídicos para a proteção da liberdade do indivíduo.

Avançando para a Idade Média, deparamo-nos com alguns dos antecedentes mais diretos das declarações de direitos modernas. Nesse momento histórico, essencial dar destaque ao advento da teoria do direito natural, que foi determinante para o aparecimento da noção de direitos fundamentais limitadores do poder do monarca, assim como o conjunto de princípios que se convencionou chamar “humanismo”. Nesse tocante, Silva ensina que:

“Aí floresceram os *pactos*, os *forais* e as *cartas de franquias*, outorgantes de proteção de direitos reflexamente individuais, embora diretamente grupais, estamentais, dentre os quais mencionam-se, por primeiro, os espanhóis: de León e Castela de 1188, pelo qual o Rei Afonso IX jurara sustentar a justiça e a paz do reino, articulando-se, em preceitos concretos, as garantias dos mais importantes direitos das pessoas, como a segurança, o domicílio, a

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40 ed., rev. e atual. Até a Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017.

propriedade, a atuação em juízo etc., de Aragão, que continha reconhecimento de direitos, limitados aos nobres, porém (1265); o de Viscaia (1526), reconhecendo privilégios, franquias e liberdades existentes ou que por tal acordo foram reconhecidos. O mais famoso desses documentos é a *Magna Carta* inglesa (1215-1225) [...]”²

Em verdade, na Inglaterra, elaboraram-se uma série de cartas e estatutos assecuratórios de direitos tidos como essenciais, dos quais despontam a Magna Carta de 1215³, a *Petition of Rights*⁴, de 1628, o *Habeas Corpus Amendment Act*⁵, de 1679 e o conhecido *Bill of Rights*⁶, de 1688.

Não obstante, é imperioso que não nos deixemos iludir com o alcance e significado desses diplomas normativos. Os textos ingleses tiveram como finalidade precípua a limitação do poder do rei – até então absoluto – e, marginalmente, proteger o cidadão contra arbitrariedades reais enquanto se afirmava a supremacia do Parlamento. Com efeito, falta-lhes a profundidade e abrangência das declarações de direitos produzidas no contexto americano: nestas, afirmava-se a limitação do poder estatal como tal, a partir da crença na existência de direitos naturais e imprescritíveis do homem. A Declaração de Independência de 1776 ilustra esse ponto com

² SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40 ed., rev. e atual. Até a Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 153.

³ A *Magna Charta Libertatum*, assinada em 1215 e tornada definitiva apenas em 1225, não goza, certamente, de natureza constitucional. Nesse ponto, José Afonso da Silva, citando Albert Noblet, bem aduz que “longe de ser a Carta das liberdades nacionais, é, sobretudo, uma carta feudal, feita para proteger os privilégios dos barões e os direitos dos homens livres. Ora, os homens livres, nesse tempo, ainda eram tão poucos que podiam contar-se, e nada de novo se fazia a favor dos que não eram livres” (Ibidem, p. 154.). O fato de a Magna Carta ter se tornado um símbolo de liberdades públicas e um primeiro antecedente do constitucionalismo inglês não faz dela, no entanto, uma verdadeira declaração de direitos fundamentais em sentido moderno.

⁴ A *Petição de Direitos* foi um documento dirigido especificamente ao monarca inglês, no qual os membros do Parlamento pediram o reconhecimento de diversos direitos e liberdades para os súditos. “A petição constituiu um meio de transação entre Parlamento e rei, que este cedeu, porquanto aquele já detinha o poder financeiro, de sorte que o monarca não poderia gastar dinheiro sem autorização parlamentar. Então, precisando de dinheiro, assentiu no pedido” (Idem). Na verdade, a petição pede a observância de direitos e liberdades já reconhecidos na própria Magna Carta, especialmente no seu art. 39, que vedava a imposição de certas penas sem julgamento legal segundo as leis do país. O fato denota, por via de consequência, que tais postulados sequer eram respeitados pelo monarca, que foi obrigado a ir cedendo às pressões da burguesia ascendente no bojo do crescimento das instituições parlamentares e judiciais inglesas.

⁵ O *Habeas Corpus Act* reforçou reivindicações por liberdade, traduzindo-se na mais sólida garantia de liberdade individual, e tirando do monarca uma de suas armas mais preciosas, qual seja, as prisões arbitrárias. Ver: Ibidem, p. 155.

⁶ Mais importante dos antecedentes normativos das declarações modernas de direitos fundamentais do indivíduo, a *Declaração de Direitos* de 1688 decorreu da Revolução realizada naquele ano que afirmou a supremacia do Parlamento, substituindo o rei Jaime II por Guilherme III e Maria II, cujos poderes foram duramente limitados pela declaração de direitos a eles submetida como requisito para ocuparem o trono. Foi o início da monarquia constitucional na Inglaterra, submetida ao poder do Parlamento, que teve em Locke seu mais proeminente teórico (Ibidem, p. 155.).

perfeição: “*We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness*”⁷. Há, aqui, uma nova e mais complexa forma de enxergar essas limitações ao poder do estado a partir do caráter universal dos direitos fundamentais do homem.

Com base nessas considerações, é possível dizer que as declarações de direitos no sentido moderno só apareceram no século XVIII com as Revoluções Americana e Francesa. Essas declarações, apesar de suas naturais limitações e de seu caráter estamental, “condicionaram a formação de regras consuetudinárias de mais ampla proteção dos direitos humanos fundamentais”⁸.

Noutro ponto, importante esclarecer o que entendemos por “antecedentes tributários” das declarações de direitos fundamentais desse período. Quando nos reportamos à essas bases tributárias, procuramos expressar que os conflitos que desencadearam o movimento de independência nas Treze Colônias em relação ao domínio britânico podem ser remontados às leis tipicamente tributárias impostas pela coroa aos colonos a partir da reorganização do império britânico na década de 1760.

O trabalho analisará, conforme dito, cada uma dessas normas tributárias de forma detida. Não obstante, o que importa consignar no presente momento é que o movimento revolucionário encontra sua gênese em uma “relação tributária” entre a autoridade britânica e os colonos. E mais do que isso: a Revolução parece ter representado o marco para a mudança do fundamento de legitimidade de uma relação que se pretende tributária. Nesse ponto, Hugo de Brito Machado, ao conceituar “relação tributária”, não poderia ter sido mais propositual:

“[...] a relação de tributação não é simples relação de poder [...]. É relação jurídica, embora o seu fundamento seja a soberania do Estado. **Sua origem remota foi a imposição do vencedor sobre o vencido.** [...] Nos dias atuais, entretanto, já não é razoável admitir-se a relação tributária como relação de poder, e por isso mesmo devem ser rechaçadas as teses autoritaristas. **A ideia de liberdade, que preside nos dias atuais a própria concepção do Estado, há de estar presente sempre, também na**

⁷ The Declaration of Independence. The Want, Will, and Hopes of the People. 4 de Julho de 1776. Disponível em: <<http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

⁸ SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40 ed., rev. e atual. Até a Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 154.

relação de tributação. Para que fique bem clara esta ideia, vamos definir “relação de poder” e “relação jurídica” [...]. Entende-se por relação de poder aquela que nasce, desenvolve-se e se extingue segundo a vontade do poderoso, sem observância de qualquer regra que porventura tenha sido preestabelecida. Já a relação jurídica é aquela que nasce, desenvolve-se e se extingue segundo regras preestabelecidas. Podemos dizer que a relação tributária decorre, sim, do poder estatal, no sentido de que ela é o veículo de realização do poder de tributar, e embora em cada caso seu nascimento, seu desenvolvimento e sua extinção devam se dar de acordo com a lei, afinal, é o Estado que faz a lei, sendo o poder de tributar uma forma de sua soberania.⁹”

Sob esta ótica, a revolução pode ser entendida, igualmente, como um divisor de águas entre uma percepção de “relação tributária” pautada no poder para uma outra pautada na juridicidade própria do Estado de Direito.

De toda sorte, afastando-nos do anacronismo, importa afirmar que, por mais que se reconheça que o conceito de “relação tributária” tenha mudado ao longo destes séculos que nos separam da Revolução, há de se reconhecer que as imposições tributárias da coroa naquele momento histórico encerravam, de fato, uma relação tributária.

Finalmente, registramos ainda que por “direitos fundamentais” temos aquele certo número de garantias básicas do indivíduo reforçadas por uma norma jurídica hierarquicamente superior, inicialmente construídos numa perspectiva de “direitos negativos” de primeira geração, na forma de postulados oponíveis ao poder do Estado. A Constituição Americana de 1787, não continha inicialmente uma declaração de direitos fundamentais do homem. A chamada “*Bill of Rights*”, incorporada ao texto constitucional em 1791, consistiu nas dez primeiras emendas ao diploma da Filadélfia, às quais se acrescentaram muitas outras até o ano de 1975, e cristalizou o núcleo de garantias constitucionais do cidadão americano, já ventilado em certa medida antes mesmo do advento da Constituição, na Declaração de Independência de 1776. Não obstante, procuraremos demonstrar que a formulação teórica desses direitos foi largamente desenvolvida nos percursos históricos do movimento revolucionário frente às imposições unilaterais tributárias da metrópole britânica.

⁹ MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 36. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 27, grifos nossos.

Capítulo I

Percursos históricos do movimento revolucionário americano

Feitas tais digressões, o ponto de partida do presente trabalho parece-nos consistir na reconstrução histórica das circunstâncias que condicionaram a Revolução Americana. Afinal, como podemos compreender, com sobriedade e livre de anacronismos, esse momento no qual, pela primeira vez na história da humanidade, afirmou-se que todos os indivíduos são titulares de um núcleo fundamental de garantias inerentes, sobre as quais o poder estatal não pode incidir? O que motivou, de fato, a criação dessa nova categoria normativa pelo povo das Treze Colônias?

1. Origens

As bases da revolução podem, naturalmente, ser encontradas no passado dos Estados Unidos. Os 150 anos de desenvolvimento das colônias britânicas do Mundo Novo mudou de forma determinante os padrões institucionais e os costumes originários do continente europeu, o que fez muitos colonos acreditar que estavam se desvencilhando das normas de conduta europeias. Em comparação à próspera e poderosa metrópole inglesa, a cinco mil quilômetros de distância, os Estados Unidos de meados do século XVIII pareciam um lugar primitivo, atrasado e desorganizado, sem uma aristocracia verdadeira, sem palácios ou grandes centros urbanos, ou seja, sem qualquer um dos atributos típicos do chamado “mundo civilizado”¹⁰.

Ocorre que, a partir da década de 1760, a Grã-Bretanha decidiu fazer valer, com inédita intensidade, seu poder sobre aquela região ainda em mutação, desencadeando a crise que abalaria as bases daquele império de organização bastante precária. A resistência americana se transformou em rebelião, mas, enquanto a sociedade colonial ainda tentava compreender as peculiaridades de sua condição, essa mesma rebelião passou a representar uma justificativa do modo de vida americano – *american way of life* – desenvolvido de maneira gradual e não intencional, durante o século e meio anterior de relativa liberdade¹¹.

¹⁰ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 23.

¹¹ Ibidem, p. 72.

As treze colônias encontraram-se numa posição de protagonismo nunca antes vista em relação à metrópole, e perceberam que dispunham de todas as ferramentas para construir um futuro próprio, republicano e pautado por um pacto constitucional com fortes elementos democráticos¹².

Sob esta ótica, a revolução se insere num grandioso processo de transformação que conduziu os Estados Unidos à sociedade liberal e democrática que hoje conhecemos. Muito embora a América colonial já fosse um lugar profundamente diferente da Europa em 1760, a região ainda conservava muitas práticas tradicionais que tinham por base o comportamento da monarquia e as relações sociais de dependência, resquício de um modelo feudal de sociedade e de mundo¹³. A revolução eliminou o que ainda restava desses padrões e pavimentou o caminho para o mundo mais fluido, agitado e individualista que estava por vir¹⁴. Por sua vez, essas mudanças foram imprescindíveis para que noções como a de direitos fundamentais – à época tão progressistas – se desenvolvessem, conforme procuraremos evidenciar.

As mudanças foram notáveis: algo que começou como uma rebelião colonial à margem do mundo civilizado se tornou um evento que repercutiu de forma determinante por todo o globo.

Quais foram, afinal de contas, as particularidades do caso norte-americano que possibilitaram a insurgência revolucionária?

1.1. Crescimento e movimentação da população

Uma das bases dos movimentos que levaram à revolução foi o crescimento e movimentação da população colonial. Esta aumentou extraordinariamente desde o início da colonização. Nesse ponto, Wood ensina que:

“Entre 1750 e 1770, a população duplicou, indo de um milhão para mais de 2 milhões de habitantes, e, assim, a colônia uma parte ainda mais importante do mundo britânico. Em 1700, a população dos Estados Unidos correspondia à vigésima parte da população combinada da Grã-Bretanha e da Irlanda. Por volta de 1770, já correspondia a um quinto.”¹⁵

¹² WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 23.

¹³ Ibidem, p. 24.

¹⁴ Ibidem, p. 24.

¹⁵ Ibidem, p. 27.

Na Grã-Bretanha, um número cada vez maior de pessoas optava pela migração ao “Novo Mundo”, através do Atlântico: entre 1764 e 1776, cerca de 125 mil pessoas deixaram as ilhas britânicas rumo às colônias¹⁶.

Na América, o rápido incremento da população gerou importantes movimentos demográficos. Durante os primeiros 150 anos de ocupação, os colonos estiveram confinados a uma faixa de território de centenas de quilômetros de extensão ao longo da costa do Atlântico. Em meados do século XVIII, a crescente pressão populacional gerou movimentos de migração em direção ao interior, marcados pela busca por novas terras nas quais esperava-se recriar a antiga estabilidade que havia sido forçadamente abandonada pelos colonos. Cidades tidas como de “passagem” na migração interiorana, como York, na Pensilvânia, e Camden, na Carolina do Sul, se desenvolveram rapidamente para atender os viajantes e escoar a produção até mercados mais distantes, a exemplo da Filadélfia¹⁷.

Em outras palavras, a expansão de assentamentos foi fenomenal: mais e mais cidades foram sendo criadas, as fronteiras não cessavam em expandir-se e os movimentos migratórios intensificavam-se por via de consequência.

Nem as autoridades britânicas, nem as coloniais, conseguiam entender essa verdadeira explosão demográfica. Mas o fato é que todo esse movimento teve um profundo efeito na sociedade emergente e na percepção da posição que ocupava no imponente império britânico.

A fragmentação de lares, igrejas e comunidades aumentava de maneira tal que o governo colonial perdia o controle sobre os novos assentamentos: especialmente nas áreas rurais interioranas, prevalecia um certo clima de ilegalidade em meados do século XVIII na medida em que aumentava o afastamento dessas novas comunidades dos governos coloniais do Leste. Não raro, foi possível observar a formação de grupos de justiceiros a fim de impor a ordem, em razão da baixa presença de autoridades institucionalizadas¹⁸.

Nesse sentido, o que desponta nesse súbito fluxo populacional é o enfraquecimento da legitimidade das autoridades constituídas. Rebeliões e insurgências de todo tipo

¹⁶ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 27.

¹⁷ Ibidem, p. 28.

¹⁸ Ibidem, p. 30.

eram comuns, especialmente em face da baixa representatividade de populações mais interioranas nos distantes governos do Leste. Estas eram aos poucos apaziguadas, pacificamente ou não, mas, de uma forma ou de outra, as autoridades reais não conseguiram dissipar o temor, já profundamente arraigado em muitos americanos, de que a falta de representatividade e o distanciamento do poder político continuariam a ser fonte de problemas¹⁹.

Não é por outra razão de Wood afirma que, “de fato, os protestos dos colonos do Oeste contra os governos coloniais refletiam as queixas dos americanos em geral contra o poder britânico²⁰”.

1.2. Expansão econômica

O aumento da pressão populacional não foi o único fator que atraiu o interesse da Grã-Bretanha na América do Norte: a notável expansão econômica foi determinante na decisão inglesa de intensificar a interferência nas colônias.

Como ponto de partida, Wood leciona²¹ que, por volta de 1750, já era possível identificar na Grã-Bretanha as bases daquilo que viria a ser a Revolução Industrial. As importações, as exportações e a produção de maneira geral cresciam a níveis nunca antes vistos. E os americanos certamente estavam envolvidos nessa súbita expansão – especialmente a partir de 1745, as colônias alcançavam, ano após ano, índices notórios de crescimento econômico, chegando ao ápice na década de 1760, quando o comércio entre a colônia e o império se tornou um dos segmentos mais importantes da economia da Inglaterra e da Escócia. Quase a metade de toda a remessa de mercadorias inglesas foi destinada ao comércio com os americanos.

Nesse ponto, Wood registra que, nessa época:

“O continente americano absorvia 25% das exportações da Inglaterra, e as transações comerciais entre a Escócia e as colônias cresciam a taxas ainda maiores. Entre 1747 e 1765, o produto das exportações coloniais para a Grã-Bretanha dobrou, pulando de 700 mil para 1,5 milhão de libras esterlinas, enquanto o salto do produto das importações foi ainda maior, de cerca de 900 mil para mais de 2 milhões de libras esterlinas²²”.

¹⁹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 34.

²⁰ Idem.

²¹ Ibidem, p. 35.

²² Ibidem, p. 35.

Ainda no contexto da Revolução Industrial emergente, pela primeira vez no século XVIII, a produção britânica de alimentos não foi suficiente para atender às necessidades da população que, igualmente, crescia subitamente. Em 1760, as importações britânicas de grãos eram maiores que as exportações, o que fez o preço dos grãos explodir em face da alta demanda.

Identificando a alta nos preços, mais e mais fazendeiros passaram a produzir alimentos e outros bens para mercados distantes:

“Na década de 1760, centros comerciais de lugares remotos, como Staunton, na Virgínia, e Salisbury, na Carolina do Norte, exportavam grandes quantidades de tabaco e grãos para os portos a leste usando redes de estradas que cruzavam pequenas cidades. Cidades portuárias como Baltimore, Norfolk e Alexandria cresceram do dia para a noite para acomodar a expansão do tráfego de bens e pessoas.”²³

Ademais, fatores como as pressões populacionais, melhores estradas, maior confiabilidade das informações sobre o mercado, e a maior profusão de cidades passaram a encorajar o desenvolvimento de manufaturas domésticas para atender o comércio regional e intercolonial²⁴. Nessa época, muitos artesãos e futuros proprietários de manufaturas da colônia passaram a apoiar associações que promoviam o boicote às importações inglesas²⁵.

No bojo desse movimento, as novas forças econômicas e demográficas minaram ainda mais a tradicional estrutura paternalista da sociedade colonial. Os ortodoxos laços de afinidade e proteção – que, por sinal, nunca foram muito fortes no Novo Mundo – que tradicionalmente mantém indivíduos unidos, coesos, se enfraqueceram paulatinamente mais²⁶. Mesma em locais como a Virgínia, uma das colônias de maior estabilidade, a aristocracia agrícola via sua autoridade sendo desafiada por pequenos produtores, os quais já não eram dependentes dessa elite tradicional em termos econômicos²⁷.

Não há como fechar os olhos à importância dessa nova forma de enxergar relações sociais: o aumento do grau de independência da nova classe agrícola possibilitava a

²³ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 36.

²⁴ Ibidem, p. 37.

²⁵ Ibidem, p. 37.

²⁶ Ibidem, p. 38.

²⁷ Ibidem, p. 39.

formações relações cada vez mais impessoais, pautadas menos em laços de servidão, típicos de uma mentalidade feudal de mundo, e mais em aspectos de ordem puramente econômicos. Essa independência foi expressa por meio de um maior envolvimento na política local, e numa maior profusão religiosa, progressivamente menos ligada à Igreja Anglicana, que via seus fiéis entre as classes populares diminuir intensamente.

Assim, é certo que o arranjo administrativo construído pelo império britânico já dava sinais de sua precariedade no tocante à governança desse mundo distante e incrivelmente dinâmico. A expansão econômica, acompanhada de uma série de outros movimentos correlatos, chamava a atenção da coroa e estimulava a modificação das antigas estruturas do império a fim de ampliar sua capacidade de interferir nas treze colônias.

1.3. Reformas no império britânico

Após a Guerra dos Sete Anos, grandioso conflito internacional armado que se desenrolou, no que diz respeito à França e à Grã-Bretanha, em razão do controle comercial e marítimo das colônias das Índias e da América do Norte, a necessidade por uma série de reformas estruturais no império britânico saltava aos olhos²⁸. Com a assinatura do Tratado de Paris, em 1763, que colocou fim àquele conflito, a demanda pela reestruturação da presença britânica nas colônias decorria, em larga escala, das enormes despesas impostas à coroa nas colônias²⁹. Era preciso reorganizar o território adquirido da França e da Espanha, montar novos governos locais, regulamentar o comércio com os índios, dirimir disputas incessantes de terra e apaziguar o clima conflitivo entre brancos e nativos³⁰.

Como se não bastasse, Wood ressalta que:

“Por volta de 1763, os gastos com a guerra totalizavam 37 milhões de libras esterlinas, e só os juros anuais totalizavam 5 milhões, um montante quando comparado ao orçamento britânico anual médio em tempos de paz, que era de 8 milhões³¹”.

²⁸ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 40.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

Além disso, havia baixa possibilidade de diminuir os custos militares com a necessidade de ocupação britânica nos novos territórios. Wood relata³² que seriam necessários 10 mil soldados para manter a paz com franceses e americanos nativos, bem como fazer frente a invasores, contrabandistas e bandidos. Por essas e outras circunstâncias, o governo central britânico decidiu, no final da década de 1760, manter um exército residente na América. Esse exército para tempos de paz tinha o dobro do tamanho das forças que ocupavam as colônias antes da Guerra dos Sete Anos, e seu custo de manutenção ultrapassava a cifra de 300 mil libras anualmente.

E de onde saíam esses recursos? Certamente, não da aristocracia rural na Inglaterra, já sufocada por impostos. Parecia razoável, à época, que o governo britânico buscasse novas fontes de receitas nas colônias e tornasse o sistema de navegação mais eficiente. Era chegada a hora de pôr fim à gerência negligente do último meio século. A chegada ao Poder do jovem e impetuoso Jorge III, de apenas vinte e dois anos no ano de sua posse, em 1760, consubstanciou o estopim para o fim da estabilidade metrópole-colônia preservada no último século e meio³³.

A reforma assumiu várias frentes, a começar pelo rearranjo territorial: três novos governos reais foram criados a Oeste: Flórida Central, Flórida Ocidental e Quebec³⁴. No entanto, fixamos nossa atenção nas reformas de natureza comercial, com enfoque nos novos tributos impostos sobre as colônias nos anos seguintes. Essas mudanças pareciam especialmente perigosas para o povo americano, que gozara de notável liberdade econômica até então³⁵.

O revigoramento das antigas leis de navegação promulgadas no fim do século XVII são um bom ponto de partida. Elas tinham o objetivo de tornar a gerência do sistema de navegação mais rígido e, particularmente, frear o contrabando e a corrupção entre os colonos – práticas já profundamente arraigadas no modo americano de fazer negócios. Com as reformas, agentes aduaneiros ausentes receberam ordens para retornar a seus postos com mais autoridade e autonomia; a jurisdição dos tribunais do Vice-Almirantado britânico foi ampliada quando do julgamento de infrações à lei alfandegária; e concederam-se maiores poderes à Marinha Britânica

³² WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 41.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 45.

³⁵ Ibidem, p. 47.

no que tange a inspeção de navios americanos. Paralelamente, aumentou progressivamente a expedição de ordens de confisco e mandados de busca.

À lista original de produtos coloniais “enumerados”, que deveriam ser exportados diretamente para a Grã-Bretanha, em regime de exclusividade, tais como açúcar e tabaco, foram adicionados peles, ferro e madeira, entre outros. Além disso:

“O número de transportadores americanos dos quais foi exigido prestar caução e obter certificados de desembaraço aduaneiro aumentou tanto que praticamente todos os mercadores coloniais, inclusive aqueles envolvidos apenas em negócios na costa, se viram enredados em uma teia burocrática feitas de cauções, certificados e regulamentos.”³⁶

Esse novo e rígido conjunto de leis que engessou o sistema de navegação viu-se ainda incrementado com novas taxas alfandegárias, que aumentaram as despesas dos importadores. Naturalmente, o objetivo final dessas mudanças era incrementar as receitas da coroa, preenchendo a gigantesca lacuna fiscal existente em relação às colônias³⁷. Sob este prisma, as reformas das leis de navegação assumiam importância subsidiária, na medida em que se prestavam ao efetivo cumprimento dos encargos aduaneiros e tributários que viriam na sequência.

A imposição unilateral desses tributos, conforme se pretende expor, tiveram, indubitavelmente, um impacto profundo nos percursos históricos do povo americano, produzindo efeitos sensíveis no nascimento independente daquela nação. Essas leis, por mais justificáveis que fossem em termos estritamente fiscais, provocaram reações inflamadas nas colônias, prejudicando a já abalada relação com o governo real e servindo de prelúdio da revolta que seguiria.

E a primeira imposição tributária foi a Lei do Açúcar.

2. Os atos tributários

2.1. O *Sugar Act*

A atmosfera nas colônias não poderia ser menos receptiva aos primeiros esforços do governo britânico para reorganizar a estrutura imperial de forma expandir a sua autoridade.

³⁶ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 47.

³⁷ Ibidem, p. 45.

Em 1764 foi promulgada o *Sugar Act*, a conhecida “Lei do Açúcar”, justamente no momento em que a depressão econômica do pós-Guerra dos Sete Anos atingia seu ápice³⁸. Uma norma semelhante, a “*Molasses Act*” (ou “Lei do Melado”), foi aprovada anteriormente, em 1733³⁹. Mas os colonos ignoraram a encargo, que era tido como muito pesado e, ao mesmo tempo, não era efetivamente cobrado pelos britânicos⁴⁰.

Dessa vez, o Parlamento britânico estava determinado a aprovar uma lei do açúcar efetiva, que viria acompanhada de um sistema de cobrança mais severo e eficaz⁴¹. Com ela, criaram-se novos empecilhos para quem empreendia comercialmente, a partir da instituição de encargos sobre vários artigos importados pela colônia de locais externos ao império britânico – estabelecendo um incentivo poderoso para que os colonos importassem o açúcar britânico. A tributação incidia sobre produtos como tecidos, açúcar, anil, café e vinho⁴².

A medida gerou obstáculos particularmente graves para todos aqueles que dependiam do comércio com as Índias Ocidentais francesas e espanholas: reduziu-se o imposto incidente sobre o melado importado daquela região (de seis *pence* por galão, segundo a Lei do Melado de 1733, para três *pence* por galão)⁴³. O governo esperava que a redução, concomitantemente com a rigidez adotada para coibir o contrabando, estimularia a importação legal do melado estrangeiro, incrementando os repasses à coroa. Mas não foi o que aconteceu.

Os colonos temiam que a imposição da taxa sobre o melado estrangeiro inviabilizasse a indústria do rum ao norte, o que reduziria as exportações para o Caribe, ameaçando a capacidade americana de pagar pelos produtos importados da

³⁸ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 45.

³⁹ Ibidem, p. 48.

⁴⁰ Os colonos, já acostumados a “burlar” as imposições tributárias da metrópole, passaram a ressentir-se quando perceberam que a nova Lei do Açúcar não lhes dava muito espaço de manobra – a efetividade da implementação desse novo ato fora tamanha que os americanos viam-se encurralados com o novo tributo, não dispondo dos mesmos mecanismos de resistência (Ibidem, p. 47). Na verdade, se o indivíduo fosse considerado culpado do crime, o juiz sentenciante poderia até receber uma recompensa pela medida. O resultado do “incentivo” foi a improbabilidade de que alguém acusado de contrabando tivesse um julgamento justo e imparcial. Naturalmente, muitos colonos ficaram profundamente enraivecidos com esse novo sistema de efetivação do tributo sobre o açúcar; e a celeuma da busca por um *fair trail* remanesceu na mentalidade coletiva daquela nação, repercutindo nos avanços civilizatórios que a era revolucionária traria consigo. Abordaremos a questão de forma mais detida posteriormente.

⁴¹ Ibidem, p. 47.

⁴² Ibidem, p. 47.

⁴³ Ibidem, p. 48.

Grã-Bretanha, que só aumentava no período⁴⁴. Tal temor, aliado à uma hostilidade generalizada a todo tipo de regulamentação sobre o comércio criada pela Lei do Açúcar, incitaram a rebelião e provocaram o primeiro protesto colonial efetivamente organizado. Em 1764, as assembleias de oito colônias redigiram e apoiaram petições formais em desfavor dos prejuízos econômicos acarretados pela Lei do Açúcar e as enviaram as autoridades reais⁴⁵.

Ficou claro, desde o começo, que as reformas, aliadas ao incremento da pressão fiscal, comprometeriam o delicado equilíbrio comercial construído ao longo das gerações anteriores⁴⁶. Nem a Lei do Açúcar, nem qualquer outra imposição, seria facilmente acatada desse lado do Atlântico. Afinal de contas, aquela sociedade já havia incorporado, a partir das especificidades de sua formação, uma série de características próprias, dentre elas a desconfiança de governos distantes, o desprezo pelos vínculos aristocráticos e o apreço por relações pautadas na racionalidade econômica⁴⁷.

A metrópole, ao receber as petições referidas, não poderia ter agido pior. Ela não só ignorou os apelos como instituiu, por esmagadora maioria, o *Stamp Act*, em março de 1765, sem dar atenção aos muitos protestos coloniais⁴⁸. A consequência da nova lei não foi um mero protesto, mas uma enorme onda de indignação que percorreu todas as colônias.

2.2. O *Stamp Act* e o movimento do “*no taxation without representation*”

Por muitos anos, o governo britânico taxou seus cidadãos pelo uso de papel oficial, mas a Lei do Selo⁴⁹ representava algo completamente novo. Por meio dela, os colonos passaram a arcar com encargos tributários sobre todo tipo de papel impresso nas colônias, a exemplo de licenças, diplomas universitários, cartas para jogos, propagandas, jornais, almanaques, bem como documentos legais, a exemplo

⁴⁴ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 50.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Wood tece ilustrativa análise a respeito desse ponto em: Ibidem, capítulo II (Resistência Americana).

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ A denominação do tributo – “*Stamp*” – é derivada do selo que era colocado em documentos ou materiais para demonstrar que a tributação havia sido paga.

de títulos imobiliários. Em muitos casos, o encargo significava um aumento exponencial do custo do negócio.

A jurisdição encarregada de reforçar o tributo foi a dos Tribunais de Vice-Almirantado, cortes que operavam sem um júri⁵⁰. Nesse ponto, Perry nos esclarece que esses tribunais foram designados justamente como forma de evitar o sistema de júri, uma vez que os membros do júri comumente viam com simpatia os indivíduos acusados de operar sistemas de contrabando nesse período⁵¹.

Ademais, tratava-se de tributo direto, a ser pago em espécie – em libras esterlinas, e não em papel-moeda americano. Essa circunstância, aliada ao momento de intensa escassez monetária nas colônias, bem como à dura imposição dos atos de comércio e navegação, deu à Lei do Selo a capacidade de interromper o principal canal pelo qual os colonos adquiriam ouro e prata. Estes, por sua vez, eram utilizados para adquirir manufaturas britânicas. Além disso, Perry aduz que parte substancial da economia colonial girava em torno da prática de “barganha”, por meio da qual os negociantes tendiam a reduzir ao máximo o volume de dinheiro disponível para o pagamento de tributos diretos⁵².

Atente-se que os encargos sobre o selo nas colônias eram muito mais leves do que aqueles cobrados na Inglaterra, especialmente se considerarmos que o *Stamp Act* continha uma série de exceções que não existiam na legislação tributária britânica. Por razões como esta, os estadistas ingleses jamais imaginariam que a Lei do Selo fosse gerar tantos protestos e hostilidade nas colônias – o Parlamento britânico mal chegou a debater o mérito do ato, tendo o mesmo sido aprovado por uma ampla maioria⁵³. Ingênuo e sem antecipar as reações vindouras, o Rei Jorge III referia-se ao ato de forma quase casual: “*the wise regulations which had been established to augment the public revenues, to unite the interests of the most distant possessions of the crown, and to encourage and secure their commerce with Great Britain*”⁵⁴.

⁵⁰ Outro antecedente que repercutiu nos pleitos em prol do fortalecimento do *fair trial* na Justiça americana no pós-Revolução.

⁵¹ PERRY, Richard L. *Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights*. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 263.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

Mesmo do outro lado do Atlântico, patriotas destacados questionavam o mérito do ato mas acreditavam que a medida seria eventualmente acatada pelos colonos sem maiores complicações⁵⁵.

Repise-se, no entanto, que por mais justificável que a Lei do Selo fosse em termos fiscais, ela representava, aos olhos dos americanos, uma ameaça à sua liberdade e à autonomia legiferante dos governos locais. Antes mesma da lei começar a produzir efeitos jurídicos, uma série de resoluções advindas de assembleias legislativas estaduais e associações já condenavam a Lei do Selo, sempre apontando o fato de que o povo americano, sujeito passivo da relação tributária, jamais participou de qualquer discussão em torno do mérito e adequação do encargo.

Foi nesse contexto que a *House of Burgesses* da Virginia, no segundo trimestre de 1765, primeiro declarou a Lei do Selo injusta e ilegal, adotando quatro de uma série de sete resoluções⁵⁶, às quais denunciavam os impostos criados pelo Parlamento e afirmavam o direito de os colonos serem taxados tão somente por representantes diretamente eleitos por eles⁵⁷. Seguindo o exemplo, a Assembleia Legislativa de Rhode Island foi ainda mais radical, declarando a Lei do Selo “inconstitucional” e autorizando categoricamente os funcionários públicos da colônia a ignorá-la.

Nascia ali o movimento do “*no taxation without representation*”. O bordão rapidamente revestiu-se da imponência de um grito de guerra, e passou a ecoar em

⁵⁵ Esse fato evidencia que mesmo os observadores mais próximos não foram capazes de antecipar a magnitude dos protestos coloniais contra Lei do Selo – e contra qualquer outra imposição tributária unilateral. Mais em: PERRY, Richard L. *Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights*. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 263.

⁵⁶ Encontramos na obra de Perry ilustrativa descrição do conteúdo dessas resoluções: “(1) *That the first settlers of Virginia brought with them all the liberties, privileges, franchises, and immunities of British subjects*; (2) *that this principle was declared by two of the charters for Virginia issued by James I*; (3) ***that under the British constitution taxes could be levied only by the people or their representatives***; (4) *that the right of the people to be governed by laws respecting their internal polity and taxation made by themselves and approved by the king had never been surrendered*; (5) *that the General Assembly, therefore, had the "sole and exclusive" right to levy taxes*; (6) *that the colonists were not bound to yield obedience to any law imposing a tax except for laws approved by the General Assembly*; and (7) *that any person who should assert that anyone other than the General Assembly had power to levy taxes should be deemed an enemy of the people*”. As últimas três propostas de Henry foram rejeitadas pela Casa de Burgueses. No entanto, todas as sete foram amplamente publicadas nos jornais locais, dando a impressão de que teriam sido aprovadas na totalidade por aquele colegiado, intensificando o clima de conflito que pairava pela América colonial. Ver: Idem, grifos nossos.

⁵⁷ WOOD, Gordon S. *A revolução americana*. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 50.

todos os cantos da América, reclamando importante apelo social e econômico às insurgências contra os novos tributos⁵⁸.

E já não era mais possível restringir a oposição ao encargo tributário aos canais tradicionais de negociação com a coroa⁵⁹. Quando chegou aos ouvidos coloniais a notícia de que o Parlamento britânico havia aprovado a Lei do Selo, sem sequer apreciar as petições encaminhadas pelas colônias contra a já controvertida Lei do Açúcar, foram as massas que reagiram mais radicalmente.

Por toda parte era possível observar a articulação de movimentos cada vez mais organizados contra as ingerências britânicas. Os mercadores dos principais portos criaram associações para protestar contra a taxaço e se comprometeram a não mais importar bens da Inglaterra, a fim de exercer pressão econômica sobre o governo britânico⁶⁰. Paralelamente, por toda a colônia houve uma explosão de jornais e panfletos que evidenciavam o ressentimento do povo americano⁶¹.

Nas assembleias legislativas convocadas às pressas em um sem número de condados e cidades, a indignação dos colonos foi ganhando voz em declarações inflamadas e incisivas⁶². O efeito imediato dessa onda de protestos foi o questionamento da própria relação constitucional entre a Grã-Bretanha e as colônias⁶³.

E foi nesse contexto que, em outubro de 1765, a partir de circular expedida pela *House of Representatives* de Massachusetts em junho daquele ano, 37 delegados de nove colônias⁶⁴ se reuniram em Nova York para o *Stamp Act Congress*, encontro no qual foram redigidas diversas resoluções contendo declarações formais negando

⁵⁸ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 50.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

⁶² Ibidem, p. 51.

⁶³ Ibidem, p. 51.

⁶⁴ A colônia de New Hampshire negou o convite de Massachusetts, mas formalmente aprovou os procedimentos e resoluções resultantes do encontro posteriormente. Já as colônias de Virgínia, Carolina do Norte e Georgia foram impedidas de participar – seus respectivos governadores obstaculizaram a eleição de delegados para o encontro no âmbito das Casas legislativas. Ver: PERRY, Richard L. *Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights*. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 266.

o direito do Parlamento de instituir tributação unilateralmente. Na verdade, essas resoluções vieram na forma de uma declaração de direitos. Observe-se⁶⁵:

RESOLUTIONS OF THE STAMP ACT CONGRESS³³

October 19, 1765

DECLARATION OF RIGHTS.

<i>Preamble</i>	The members of this congress, sincerely devoted, with the warmest sentiments of affection and duty to his majesty's person and government, inviolably attached to the present happy establishment of the protestant succession, and with minds deeply impressed by a sense of the present and impending misfortunes of the British colonies on this continent; having considered as maturely as time would permit, the circumstances of said colonies, esteem it our indispensable duty to make the following declarations, of our humble opinions, respecting the most essential rights and liberties of the colonists, and of the grievances under which they labor, by reason of several late acts of parliament.
<i>Declaration of allegiance</i>	1st. That his majesty's subjects in these colonies, owe the same allegiance to the crown of Great Britain, that is owing from his subjects born within the realm, and all due subordination to that august body, the parliament of Great Britain.
<i>Rights of Englishmen</i>	2d. That his majesty's liege subjects in these colonies are entitled to all the inherent rights and privileges of his natural born subjects within the kingdom of Great Britain,
<i>Imposition of taxes</i>	3d. That it is inseparably essential to the freedom of a people, and the undoubted rights of Englishmen, that no taxes should be imposed on them, but with their own consent, given personally, or by their representatives.
<i>Colonists not represented</i>	4th. That the people of these colonies are not, and from their local circumstances, cannot be represented in the house of commons in Great Britain.
<i>Taxation by colonial legislatures</i>	5th. That the only representatives of the people of these colonies, are persons chosen therein by themselves; and that no taxes ever have been, or can be constitutionally imposed on them, but by their respective legislatures.
<i>Unconstitutionality of taxation</i>	6th. That all supplies to the crown, being free gifts of the people, it is unreasonable and inconsistent with the principles and spirit of the British constitution, for the people of Great Britain to grant to his majesty the property of the colonists.
<i>Trial by jury</i>	7th. That trial by jury is the inherent and invaluable right of every British subject in these colonies.

³³ *Journal of the First Congress of the American Colonies, in Opposition to the Tyrannical Acts of the British Parliament* (New York, 1845), 27-29.

RESOLUTIONS OF THE STAMP ACT CONGRESS

8th. That the late act of parliament entitled, an act for granting and applying certain stamp duties, and other duties in the British colonies and plantations in America, &c., by imposing taxes on the inhabitants of these colonies, and the said act, and several other acts, by extending the jurisdiction of the courts of admiralty beyond its ancient limits, have a manifest tendency to subvert the rights and liberties of the colonists.	<i>Stamp Act declared subversive of colonial rights and liberties</i>
9th. That the duties imposed by several late acts of parliament, from the peculiar circumstances of these colonies, will be extremely burthensome and grievous, and from the scarcity of specie, the payment of them absolutely impracticable.	<i>Impracticability of taxes</i>
10th. That as the profits of the trade of these colonies ultimately centre in Great Britain, to pay for the manufactures which they are obliged to take from thence, they eventually contribute very largely to all supplies granted there to the crown.	<i>Payments for manufactures</i>
11th. That the restrictions imposed by several late acts of parliament, on the trade of these colonies, will render them unable to purchase the manufactures of Great Britain.	<i>Effect of trade restrictions</i>
12th. That the increase, prosperity, and happiness of these colonies, depend on the full and free enjoyment of their rights and liberties, and an intercourse, with Great Britain, mutually affectionate and advantageous.	<i>Advantages of free trade</i>
13th. That it is the right of the British subjects in these colonies, to petition the king or either house of parliament.	<i>Right of petition</i>
Lastly, That it is the indispensable duty of these colonies to the best of sovereigns, to the mother country, and to themselves, to endeavor, by a loyal and dutiful address to his majesty, and humble application to both houses of parliament, to procure the repeal of the act for granting and applying certain stamp duties, of all clauses of any other acts of parliament, whereby the jurisdiction of the admiralty is extended as aforesaid, and of the other late acts for the restriction of the American commerce.	<i>Need for repeal of Stamp Act</i>

Em linhas gerais, fica claro que a questão legal de fundo sobre a qual as resoluções se debruçaram dizia respeito à (im)possibilidade dos cidadãos ingleses que viviam

⁶⁵ Extraído de: PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 270 e 271.

nas colônias serem taxados pelo Parlamento, um órgão no qual esses mesmos cidadãos não eram representados⁶⁶. Com efeito, o direito do povo de participar na elaboração de tributos a ele impostos já havia sido expresso como uma parte fundamental da constituição britânica há muito tempo. Porque esse direito, afinal de contas, não poderia ser estendido aos colonos? Com efeito, o Congresso da Lei do Selo terminou atribuindo importantes contornos institucionais ao movimento do *no taxation without representation*.

Além disso, Howard nos lembra do papel decisivo desempenhado pelo Congresso no tocante à formação dos Estados Unidos da América enquanto nação autônoma. Nesse sentido:

“The congress of 1765 is a fact of decisive meaning in the rise of the American nation. It is an expression of sentiment of union forced out by the revenue acts. Its state papers – the first drawn up by an intercolonial body during the Revolution – are admirable in form and character. In the declaration of rights a body representing the majority of the American people first set forth the cardinal principles upon which the republic was soon to rest.”⁶⁷

Ocorre que por mais extraordinárias que fossem todas essas demonstrações inéditas de unidade, o governo colonial, que reconhecia publicamente toda a subordinação à ilustre instituição do Parlamento da Grã-Bretanha, não seria capaz de expressar e canalizar toda a hostilidade que imperava nas ruas. A resistência americana teria que ser expressa por outros canais, e foi a violência das ruas que evidenciaria o radicalismo das insurgências à Lei do Selo. Nesse sentido, Wood nos conta que:

[...] Em muitos lugares, corpos de bombeiros e companhias de artilharia, associações de artesãos e outras confrarias lançaram as bases para o aparecimento de organizações de caráter local, que costumavam se autodenominar Filhos da Liberdade. Liderados principalmente por membros da classe média, tais como lojistas, gráficos, mecânicos-chefes e pequenos mercadores, os grupos de Filhos da Liberdade queimaram caricaturas de oficiais reais, obrigaram agentes de cobrança do selo a renunciar, forçaram negociantes e juizes a trabalhar sem usar selos e desenvolveram uma rede intercolonial de correspondência; além disso, em muitas ocasiões

⁶⁶ PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 267.

⁶⁷ HOWARD, George Elliott. The Menace of the Stamp Act (1764-1765). The American Nation: A History. Editado por Albert Bushnell Hard, 1904-1918. p. 157.

conseguiram impedir a importação de produtos britânicos e comandar atividades antisselo por todas as colônias.⁶⁸

O Parlamento inglês não poderia quedar-se inerte.

Naquele momento, o ministério da Inglaterra havia passado às mãos de críticos declarados das políticas incisivas de Jorge III. Tais políticos mantinham relação próxima com alguns segmentos de mercadores britânicos que foram duramente afetados pelos boicotes econômicos dos americanos e, nesse contexto, o governo estava pronto para recuar. Em março de 1766, o Parlamento revogou a tão questionada Lei do Selo⁶⁹, apenas quatro meses após sua implementação, sem nunca ter sido efetivamente aplicada⁷⁰.

Muito embora o governo britânico tenha tentado contrabalancear a concessão por intermédio de uma lei declaratória que afirmava a plena autoridade da coroa e do Parlamento de produzirem leis capazes de vincular as colônias em quaisquer circunstâncias, após 1765 as relações imperiais e o apreço americano pela autoridade da metrópole nunca mais seria o mesmo: a verdadeira crise provocada pela Lei do Selo arrebatou os americanos, provocando um senso de unidade nunca antes testemunhado, estimulando publicações de caráter político e constitucional em todas as partes da colônia e, em última análise, aprofundando a consciência e o engajamento político⁷¹. Graças aos protestos, o povo aprendeu que era possível, sim, interferir de forma determinante nos processos políticos.

Já o governo imperial não poderia mais se amparar em uma simples declaração de supremacia do Parlamento para satisfazer suas necessidades contínuas de faturamento. Wood aponta que:

“Era evidente que os colonos não engoliram um imposto “direto” e “interno” como a Lei do Selo; sendo assim, os oficiais britânicos chegaram à conclusão de que as receitas do governo continuariam vindo das tradicionais taxas alfandegárias “indiretas” e “externas”. Afinal de contas, os

⁶⁸ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 52.

⁶⁹ Ibidem, p. 53.

⁷⁰ PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 268.

⁷¹ Op., cit., ibidem, p. 53.

colonos já pagavam impostos sobre melado, vinhos e vários outros produtos importados por causa da Lei do Açúcar.⁷²ⁿ

2.3. Os *Townshend Acts*

Mas a lacuna fiscal em relação às colônias remanesceu.

Nesse contexto, o Parlamento, em maio de 1767, decidiu impor novas taxas sobre produtos importados para as colônias, a partir de articulação promovida pelo ministro da Economia, Charles Townshend⁷³. A medida ficou conhecida como as *Townshend Acts*, e geraram, igualmente, reações explosivas nas colônias⁷⁴.

Na realidade, os *Townshend Acts* consistiram em um conjunto de leis distintas, porém interligadas. A primeira delas suspendeu os trabalhos da assembleia legislativa de Nova York até que a mesma cumprisse integralmente o *Quartering Act*. A Lei do Aquartelamento foi promulgada em 1765, no contexto da retirada de parte do Exército britânico dispendiosamente posicionado na fronteira a Oeste, o que implicou no fechamento de muitos postos remotos. As tropas deslocadas passaram a concentrar-se nas cidades costeiras e, de acordo com a referida Lei, os colonos seriam responsáveis pelo alojamento e pelos suprimentos militares⁷⁵. Nova York estabeleceu uma série de obstáculos ao aquartelamento de novos contingentes militares, o que motivou os embargos impostos à sua assembleia legislativa⁷⁶.

A segunda reorganizou o Poder Executivo nas colônias a fim de implementar o Conselho Aduaneiro Americano, com sede em Boston, ligado diretamente ao Tesouro inglês. O Conselho ficou responsável pela fiscalização dos atos de comércio por intermédio de funcionários com amplos poderes sancionadores e para cobrar tributos⁷⁷.

⁷² WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 52.

⁷³ Ibidem, p. 54.

⁷⁴ Ibidem, p. 55.

⁷⁵ PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 268.

⁷⁶ A retirada do Exército do Oeste provocou, por um lado, certo clima de instabilidade na população do Oeste, que se via ameaçada entre franceses e indígenas, e; por outro, aumentou o temor dos colonos à Leste de intervenções britânicas a partir da presença permanente de militares entra a população civil em tempos de paz. Ver em: op., cit., ibidem, p. 54.

⁷⁷ Op., cit., ibidem, p. 54.

A terceira e mais importante impôs novos tributos sobre tinta, papel, chumbo, vinho e chá importados para as colônias. As receitas oriundas do encargo se prestariam ao pagamento dos salários de funcionários da coroa que atuavam nas colônias, bem como das despesas atinentes à manutenção do exército real⁷⁸. Atente-se que o ministro da Economia foi cuidadoso ao elaborar taxas que não incidiriam diretamente sobre produtos coloniais – tributos “externos”, portanto –, ciente dos protestos gerados pela Lei do Selo – tributo “interno”. Ele esperava que o caráter externo das “tarifas de Townshend” minorasse as reações por parte dos colonos.

Houve ainda uma quarta lei, que instituiu três novos tribunais superiores do Vice-Almirantado na colônia – em Boston, Filadélfia e Charleston –, encarregados de julgar colonos acusados do crime de contrabando⁷⁹. As causas seriam decididas unicamente pelo juiz, sem passarem pelo crivo de um júri popular. Ademais, em tardio reconhecimento da importância das colônias, foi criada uma nova secretaria de Estado exclusivamente para assuntos americanos, que se tornou a mais alta instância colonial⁸⁰.

Embora os novos encargos alfandegários, em concomitância com a Lei do Açúcar, tenham gerado um faturamento médio anual de 45 mil libras esterlinas – em muito superior aos 14 mil por ano arrecadados até 1764 –, o incremento das receitas mal chegava a um décimo do custo de manutenção do Exército na América durante o período⁸¹.

Por volta de 1768, com a maior presença militar nas cidades costeiras, a nova determinação entre os oficiais do Exército real era sufocar as forças rebeldes à coroa, que pareciam se multiplicar por toda parte. Os governadores coloniais, paralelamente, foram instruídos a manter as assembleias sob rígido controle e não aceitar qualquer lei que implicasse aumento de representatividade dos movimentos insurgentes no Poder Legislativo⁸².

Mas os americanos reagiriam inevitavelmente mal a qualquer tipo de taxaço imposta pela Grã-Bretanha depois da crise da Lei do Selo, especialmente em face

⁷⁸ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 55.

⁷⁹ Ibidem, p. 54.

⁸⁰ Ibidem, p. 54.

⁸¹ Ibidem, p. 54.

⁸² Idem.

do relativo sucesso dos movimentos coloniais que sucederam e conduziram à revogação do ato. A aprovação das tarifas de Townshend fez ressurgir e recrudescer o antigo padrão de resistência, e um sem número de publicações em jornais saíram em defesa das liberdades americanas, caracterizando as tarifas de Townshend como injustas e inconstitucionais. Segundo elas, o Parlamento não tinha o direito de impor taxas, fossem elas “internas” ou “externas”, com o único objetivo de incrementar receitas.

Nesse bojo, em março de 1768, sob a liderança de Boston, grupos de mercadores formaram associações para promover o boicote de produtos britânicos em portos coloniais. O resultado foi que, em meados de 1770, esses contratos de não importação haviam conseguido, surpreendentemente, reduzir as vendas britânicas para as colônias do Norte em quase dois terços⁸³:

“Os colonos estimularam o uso de tecidos feitos em teares caseiros e, nas vilas da Nova Inglaterra, as “Filhas da Liberdade” organizaram mutirões de fiadura e costura (“*spinning bees*”). Havia cada vez mais americanos envolvidos com o movimento de resistência. Grupos e comissões extralegais, quase sempre sob as rédeas de líderes populares, surgiram para intimidar inspetores de tabaco em Maryland, punir os importadores da Filadélfia, atacar uma editora em Boston e perseguir oficiais aduaneiros em Nova York.”

No entanto, a insurgência mais incisiva viria de Massachusetts. Em fevereiro de 1768, a Câmara dos Representantes da colônia enviou às outras assembleias legislativas coloniais uma circular que acusava as tarifas de Townshend de violação inconstitucional do princípio de não haver taxação sem representatividade. O *no taxation without representation* parecia mais forte do que nunca. O secretário do Estado do recém-criado Departamento Americano ordenou a revogação da circular expedida por Massachusetts. Quando a ordem foi categoricamente rejeitada na Câmara de Representantes por 92 votos a 17, o governador colonial, Francis Bernard, dissolveu a assembleia da colônia⁸⁴.

O que seria uma medida rápida para silenciar o descontentamento explodiu em uma violenta reação. A cidade de Boston, que rapidamente se tornou um símbolo da resistência colonial, chamou às armas seus habitantes e convocou uma convenção

⁸³ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 56.

⁸⁴ Ibidem, p. 57.

de delegados da cidade – um encontro realizado completamente à margem da legalidade. Em razão dos ataques dos revoltosos, os oficiais aduaneiros de Boston recorreram à ajuda militar quando viram-se incapazes de fazer cumprir as leis de navegação. Quando um navio de guerra britânico aportou na cidade na metade de 1768, houve o confisco do navio “Liberty”, de John Hancock, sob a alegação de violação das leis de comércio. Como o comerciante estava claramente associado ao movimento de resistência, a apreensão, que pretendia reforçar a autoridade real, acabou dando início às maiores revoltas populares da história de Boston⁸⁵.

A recém-criada secretaria de Estado para assuntos americanos, temendo a instalação de um estado de anarquia generalizado em Massachusetts, despachou dois regimentos militares da Irlanda. Com a chegada do contingente em outubro de 1768, foi marcada uma virada decisiva nos crescentes desentendimentos: pela primeira vez, o governo britânico havia enviado um número considerável de soldados para fazer valer a autoridade real sobre as colônias. Em meados de 1769, cerca de quatro mil soldados armados estavam de prontidão em meio aos quinze mil habitantes daquela cidade portuária⁸⁶.

As relações entre os civis e os militares não demorou a se deteriorar. Em março de 1770, um grupo de oito soldados britânicos atirou contra uma multidão que os ameaçava, matando cinco civis. Foi o conhecido “Massacre de Boston”, que incendiou as paixões americanas⁸⁷. A estratégia de usar tropas para reprimir a desordem social era o maior sintoma da ineficiência da autoridade governamental e serviu para destruir o que ainda restava de boa vontade por parte dos colonos em relação à metrópole⁸⁸.

Para completar, o tímido aumento das receitas financeiras gerado pelas reformas aduaneiras não parecia, de longe, valer o alto preço político gerado, conforme relata Wood:

“Por volta de 1770, as tarifas Townshend haviam gerado menos de 21 mil libras esterlinas, enquanto a perda de negócios por causa dos movimentos

⁸⁵ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 57.

⁸⁶ Ibidem, p. 58.

⁸⁷ Ibidem, p. 58.

⁸⁸ Ibidem, p. 58.

organizados pelos americanos para suspender a importação de produtos britânicos durante o ano anterior atingiu [surpreendentemente] 700 mil.⁸⁹”

Com efeito, as imposições unilaterais mostravam-se diametralmente opostas a qualquer juízo de economicidade. Assim, em 1770, com a reorganização do ministério econômico real em decorrência da morte de Charles Townshend, pavimentou-se o caminho para a revogação das tarifas⁹⁰. Apenas o imposto sobre o chá foi mantido: tão somente para servir de lembrete da pretensa supremacia inglesa sobre as colônias⁹¹, por mais artificial que ela parecesse naquela altura.

Mais o estrago já estava feito. Não havia mais qualquer perspectiva de reconciliação entre a Grã-Bretanha e os colonos, os quais eram incapazes de abandonar a desconfiança nutrida ao longo da última década em relação às ações da coroa.

Sob a liderança de Boston, as cidades de Massachusetts começaram, em 1772, a organizar comitês intercoloniais de correspondência. Por volta de outubro daquele ano, moradores de Boston, por intermédio desses canais de comunicação, publicaram um inflamado documento, intitulado “*The Votes and Proceedings*”, elaborado pela assembleia municipal, que enumerava todas as violações dos direitos americanos perpetradas pelos britânicos naqueles últimos anos:

“Entre essas violações estavam as muitas taxações e decisões legislativas impostas aos colonos, a presença de exércitos permanentes em tempos de paz, o aumento dos poderes dos tribunais do Vice-Almirantado (que não faziam julgamento com júri), a restrição à manufatura colonial e a ameaça de estabelecer bispados anglicanos na América. A publicação foi enviada às 260 cidades de Massachusetts, e mais da metade respondeu positivamente, na maior difusão de opiniões populares que o movimento de resistência vira até então. No fim de 1773, os jornais coloniais já discutiam abertamente a independência.⁹²”

2.4. O *Tea Act* e a festa do chá de Boston

Em maio de 1773, o Parlamento contribuiu mais uma vez para o acirramento dos ânimos com a imposição do que acabou sendo o último ato da coroa sobre as colônias. Foi o *Tea Act*, ou Lei do Chá, que concedeu à Companhia das Índias

⁸⁹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 59.

⁹⁰ Ibidem, p. 60.

⁹¹ Ibidem, p. 60.

⁹² Ibidem, p. 61.

Orientais a exclusividade da venda de chá na América⁹³. À época, a Companhia possuía débitos gigantescos com o governo britânico e, em razão de instabilidades políticas e econômicas na Índia e na Europa, vinha passando por uma profunda crise financeira. A Lei do Chá representou uma tentativa do governo inglês de reaver os créditos que possuía com a Companhia a partir da concessão do monopólio sobre a comercialização de chá no mercado americano⁹⁴.

Atente-se que a medida não importou em nenhum tributo novo. Conforme visto, a taxação do chá nas colônias já vigorava desde 1767, sendo um dos produtos tributados sob o marco dos *Townshend Acts*. Com a revogação destes, a tributação sobre o chá foi mantida como forma de reafirmar o direito do Parlamento de impor taxas sobre as colônias.

Embora a intenção inicial fosse salvar a companhia da falência, a promulgação da Lei do Chá serviu de combustível para uma nova onda de protestos, na medida em que não só colocava em evidência a inconstitucionalidade do imposto sobre o chá, mas também permitia que a companhia concedesse monopólios para a venda do produto aos mercadores coloniais que bem entendesse – medida em gerou justificada revolta nos comerciantes americanos excluídos do negócio⁹⁵.

A Lei do Chá afetou todas as colônias. Em vários portos ao longo da costa, os colonos impediram que os navios desembarcassem o chá da companhia, inviabilizando que tais embarcações atracassem⁹⁶. Em Boston, o governador – a cuja família mercante fora concedido o direito de comercialização – não permitiu que os navios deixassem o porto antes de descarregar⁹⁷. Em retaliação, em 16 de dezembro de 1773, um grupo de patriotas disfarçados de índios jogou ao mar aproximadamente 10 mil libras esterlinas em sacas de chá no porto de Boston⁹⁸. Foi a mundialmente conhecida “*Boston Tea Party*”.

A festa do chá de Boston era, aos olhos dos britânicos, o maior de todos os ultrajes. Uma série de oficiais revoltados e parte substancial dos políticos da Grã-Bretanha clamaram por uma punição que confrontasse diretamente a América, de forma a

⁹³ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 61.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Ibidem, p. 62.

⁹⁸ Ibidem, p. 62.

afirmar de uma vez por todas o direito do Parlamento legislar sobre as colônias. Assim, em 1774, o Parlamento aprovou uma série de medidas que ficaram conhecidas como “Leis Coercitivas”. A respeito do tema, Wood nos ensina que:

“A primeira dessas leis fechou o porto de Boston até que se pagasse pelo chá destruído. A segunda alterou a carta de direitos de Massachusetts e reorganizou o governo: membros do Conselho, ou Câmara Alta, passaram a ser indicados pelo governador real em vez de eleitos pela assembleia legislativa, as reuniões municipais foram restringidas, e o governador ganhou mais poderes para nomear juízes e xerifes. A terceira lei permitia que representantes reais acusados de penas capitais fossem julgados na Inglaterra ou em outra colônia. A quarta lei concedeu ao governador o direito de confiscar construções particulares para aquartelar tropas em vez de usar barracas. Ao mesmo tempo, Thomas Gage, comandante-chefe do exército britânico na América, foi escolhido para governador da colônia de Massachusetts.”⁹⁹

As Leis Coercitivas representaram a última gota para que os americanos se convencessem definitivamente de que o Parlamento não tinha autoridade para criar leis ou tributos que os afetassem. Era chegada a hora de irromper a revolução e proclamar a independência americana em relação à coroa britânica.

Mas para que a revolução se concretize o mundo dos fatos, era preciso que ela ocupasse o plano das ideias.

3. O conflito adentra o plano das ideias

Conforme visto, os colonos se digladiavam com o poder do Parlamento desde o começo das controvérsias em torno da interferência inglesa na colônia. Mas o que é importante registrar nesse momento é que, ao longo de aproximadamente uma década, americanos e britânicos travaram, intencionalmente ou não, um complexo debate de natureza eminentemente constitucional sobre a natureza do poder público, da representatividade e dos alcances do império, colocando em evidência as profundas divergências entre as experiências políticas da América e da Grã-Bretanha. O conflito fático em torno dos tributos impostos unilateralmente adentrou o plano das ideias.

Esses conflitos se condensaram em dois pontos principais: a questão da representatividade virtual e o problema da unidade do poder imperial.

⁹⁹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 62.

3.1. O problema da representatividade “virtual”

Com a instituição da Lei do Selo, a primeira taxaço inequivocamente imposta aos americanos pelo Parlamento, a resistência intelectual da colônia foi rapidamente alçada   condi  o de uma declara  o de princípios fundamentais: o Congresso da Lei do Selo de 1765 declarou, categoricamente, que “  condi  o indispensável e essencial à liberdade de um povo, e um direito inequívoco dos cidadãos ingleses, que nenhuma taxa lhes seja imposta sem seu consentimento, declarado pessoalmente ou por meio de seus representantes”. Assim, como “os indivíduos dessas colônias não são e, dadas as circunstâncias locais, nem poderiam ser representados na Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha”, os colonos são são seriam representados e taxados por aqueles que conhecessem e escolhessem, e que a eles tivessem servido em suas respectivas legislaturas¹⁰⁰. Era o notório movimento do “*no taxation without representation*”, que definiu a posi  o americana do posto de vista teórico logo no início da controvérsia e, apesar das inevitáveis confusões ideológicas que seguiram, os colonos nunca abandonaram aquela ideia fundamental.

Ao perceber as insurgências coloniais contra a Lei do Selo, o gabinete britânico convocou panfletistas do governo inglês para explicar e justificar a taxaço imposta pelo Parlamento. Embora houvesse diferenças entre os muitos argumentos apresentados, todos os panfletistas concordavam que os americanos, como os ingleses em qualquer parte, estavam sujeitos às leis do Parlamento por meio de um sistema de representa  o “virtual”. Esses interlocutores argumentaram que era esse conceito de representa  o virtual, por mais distinto que fosse da já conhecida representatividade de fato – tão cara aos americanos –, que garantia ao Parlamento sua autoridade e sua soberania. Sob esta  tica, embora os colonos, assim como a absoluta maioria do povo britânico, não escolhessem nenhum representante na Câmara dos Comuns, não haveria d  vida de que eram parte dos Comuns na Grã-Bretanha; sendo, portanto, representados no Parlamento, como todos os habitantes das Ilhas Britânicas o eram.

Wood nos ensina que, com efeito, durante o século XVIII, o eleitorado britânico compreendia apenas uma minúscula parte da na  o, posto que aproximadamente

¹⁰⁰ WOOD, Gordon S. A revolu  o americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 63.

um em cada seis homens adultos britânicos tivesse direito a voto, enquanto, na América, eram dois em cada três¹⁰¹. Aliado à esse dado, havia a confusão dos distritos eleitorais ingleses, com secções gigantescas, com milhares de eleitores, ao lado de outras muito pequenas, facilmente manipuladas por grandes proprietários de terras. Esse modelo permitia que algumas das maiores cidades da Inglaterra cujo crescimento se deu de forma súbita em meados do século XVIII sequer enviassem representantes ao Parlamento. Apesar das muitas críticas a esse sistema deturpado, a reforma parlamentar só viria no ano de 1832.

Enquanto isso, muitos ingleses justificavam a confusa estrutura de representação alegando que cada membro do Parlamento representava a nação britânica como um todo, e não somente de sua origem. Sob este prisma, na Inglaterra o povo não era considerado incidental à representatividade, mas pelos interesses que os membros do Parlamento presumivelmente compartilhavam com todos os ingleses de quem eram porta-vozes – incluindo aqueles, como os colonos, que não haviam votado neles¹⁰².

De uma forma ou de outra, os americanos nunca aceitaram tal perspectiva e rejeitaram de plano o argumento de que os colonos eram “virtualmente” representados. Em um dos mais notáveis panfletos circulados na colônia contra a Lei do Selo, *Considerations on the Property of Imposing Taxes*, escrito em 1765 por Daniel Dulany, da cidade de Maryland, admitia-se a relevância da representação virtual na Inglaterra, mas ao mesmo tempo não se aceitava a possibilidade de aplica-la à América. Isso porque desse lado do Atlântico haveria uma comunidade profundamente distinta daquela da Inglaterra, a qual não poderia ser representada por membros do Parlamento com interesses em nada semelhantes.

Por outro lado, no Novo Mundo, os distritos eleitorais eram criações recentes e regulares dos colonos intimamente ligadas às particularidades populacionais:

“Quando se formavam novas cidades em Massachusetts e novos condados na Virgínia, era costume que novos representantes fossem enviados às respectivas assembleias legislativas coloniais. Consequentemente, muitos americanos passaram a acreditar em um modelo de representatividade muito diferente daquele adotado pelos ingleses. A crença na representatividade “de fato” fez do processo eleitoral uma característica-

¹⁰¹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 64.

¹⁰² Ibidem, p. 65.

chave, e não incidental, do modelo americano. A representatividade de fato significava a conexão mais próxima que poderia haver entre os eleitores locais e seus representantes. Na opinião dos americanos, nada mais correto que os representantes residirem nas localidades a que davam voz, e a população ter o direito de argui-los. Além disso, também consideravam justo que o número de representantes de um lugar fosse proporcional à sua população. Em resumo, a crença americana na representação sem dúvida apontava para a participação mais ativa e igualitária que o mundo moderno já vira em um processo eleitoral.¹⁰³

Sem dúvida, a perspectiva dos colonos americanos da representação reclamava uma aproximação muito maior entre eleitores e representantes, o que jogava por terra qualquer defesa britânica da tese da representatividade virtual.

3.2. O problema da unidade do poder imperial

Se, por um lado, os americanos não admitiam que o Parlamento britânico instituisse tributos sem a devida representação colonial na Câmara dos Comuns britânica, por outro, reconheciam a autoridade que o Parlamento exercera sobre os assuntos coloniais desde o século anterior.

Mas como explicar essa autoridade? De onde advinha a subordinação dos americanos ao Parlamento, admitida, inclusive, pelo Congresso da Lei do Selo? Poderia a colônia rechaçar a cobrança de impostos “internos” sobre o selo sem representação e, ao mesmo tempo, aceitar aqueles tributos “externos” que regulavam o comércio?

Ainda que fosse possível observar certa harmonia nas colônias em torno da alegada ilegitimidade do Parlamento para impor qualquer tipo de taxaço, também era possível identificar o consenso de que o império necessitava de algum tipo de autoridade regulatória central, particularmente para o comércio, sendo devido, sob este prisma, ao Parlamento assumir a liderança das atividades legislativas do império¹⁰⁴. Logo, para os colonos, o império era um órgão unificado para determinados assuntos, mas não o seria para outros.

Nesse ponto jazia um poderoso argumento britânico: o império consistia em uma comunidade única e unificada, razão pela qual toda e qualquer diferenciação

¹⁰³ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 66.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 67.

promovida pelos americanos no que diz respeito ao exercício do poder estatal seria desprovida de sentido¹⁰⁵. Se existia ao menos uma única instância em que o Parlamento tivesse supremacia sobre os colonos, como tinha sobre o povo da Inglaterra, então todos os americanos faziam parte da mesma comunidade que o povo inglês.

Por outro lado, se a autoridade do Parlamento sobre os colonos fosse negada em qualquer particular, deveria então ser negada em todas as instâncias e níveis, e a união entre a Grã-Bretanha e as colônias deveria ser dissolvida – ou as colônias são parte da comunidade da Grã-Bretanha ou estão em estado natural em relação a ela, e, então, sob nenhuma hipótese podem estar sujeitas à jurisdição do poder legislativo que a representa, que é o Parlamento inglês¹⁰⁶.

Esse argumento da coroa se tornava tão poderoso em razão da doutrina amplamente difundida à época acerca da soberania: a crença de que em cada Estado poderia haver apenas uma autoridade suprema incontestável, indivisível e final¹⁰⁷. Tratava-se do conceito mais importante da teoria política inglesa do século XVIII, o qual fora, inclusive, expressado oficialmente na Lei Declaratória de 1766 que, após a Lei do Selo, afirmava a autoridade do Parlamento para instituir leis que vinculavam todos os colonos em qualquer caso¹⁰⁸.

E não é difícil de imaginar o porquê da reverência britânica ao Parlamento. Qualquer cidadão britânico poderia, ao algum momento, questionar o poder da coroa, mas nunca do Parlamento, que sempre fora o bastião da liberdade do povo inglês e o protetor contra os abusos reais¹⁰⁹. Os colonos, por outro lado, nunca compartilharam dessa tradicional reverência pelo Parlamento e, nesse sentido, ao aceitaram em certa medida a doutrina da soberania una, era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, as colônias assumissem a impossibilidade de separar a autoridade suprema do Parlamento e a independência total das colônias¹¹⁰ – pois é inviável a existência de dois poderes legislativos num Estado único e comum.

¹⁰⁵ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 67.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 68.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 68.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 68.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 68.

¹¹⁰ Ibidem, p. 69.

Em última análise, essa questão teórica terminou por contribuindo para a ruptura definitiva com o império. Por volta de 1773, muitos americanos já haviam desistido de tentar dividir o que os representantes reais garantiam não poder ser separado¹¹¹. Se não existia meio termo entre a autoridade suprema do Parlamento e a independência irrestrita das colônias, o caminho assumido não foi difícil de escolher. Em outras palavras, a lógica da soberania levou a uma mudança fundamental na posição americana: a única alternativa era a independência total das Treze Colônias em relação à dominação britânica.

4. A Declaração de Independência de 1776: universalismo

Em meados de 1774, no curtíssimo período de aproximadamente uma década após o início das famigeradas reformas imperiais, os americanos que a pouco haviam celebrado a coroação de Jorge III já estavam praticamente em rebelião aberta contra a Grã-Bretanha. Dois anos após a instituição das Leis Coercitivas de 1774, observou-se um rápido desencadeamento de eventos que tornou a reconciliação entre a metrópole e as colônias impraticável¹¹².

Ocorre que, a essa altura, a crise já deixara de ser um mero transtorno no relacionamento imperial: os formidáveis esforços intelectuais dos colonos para justificar a resistência e situá-la do ponto de vista teórico fizeram a Revolução Americana transbordar a contingência do conflito com a Grã-Bretanha para projetá-la em posição de destaque na história da civilização, consubstanciando uma maneira inédita de compreender a relação entre o poder do Estado e o indivíduo¹¹³ – tensão esta que reflete a razão de ser do desenvolvimento da teoria dos direitos fundamentais.

Os americanos, ao assumirem a luta para se libertar do domínio britânico, terminaram por lançando, intencionalmente ou não, as bases para todas as outras lutas republicanas que viriam. Era como se aquele povo estivesse lutando não só para se libertar, mas também para trazer liberdade para todo o mundo¹¹⁴.

Mas qual é a origem dessa pretensão universalizante?

¹¹¹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 69.

¹¹² Ibidem, p. 71.

¹¹³ Ibidem, p. 71.

¹¹⁴ Ibidem, p. 71.

As Leis Coercitivas motivaram uma rebelião aberta na América, a partir do qual proibiu-se qualquer aproximação do exercício do poder estatal nas colônias de qualquer diretriz advinda da metrópole. Já não existia mais nenhum traço de reconhecimento daquela autoridade imperial na colônia, o qual motivou a organização de novos governos populares de baixo para cima.

Complementando, Wood aponta que:

“No final de 1774, havia, em muitas colônias, associações locais responsáveis pelo controle e pela regulamentação de vários aspectos da vida americana. Os comitês manipulavam eleitores, controlavam nomeações, organizavam a milícia, gerenciavam o comércio, intervinham nas relações entre credores e devedores, cobravam impostos, emitiam licenças e supervisionavam ou fechavam tribunais. Os governadores reais eram deixados de lado, impotentes e assombrados diante dos novos governos informais que pipocavam por toda parte.”¹¹⁵

Esses novos governos abrangiam desde comitês municipais e dos condados até congressos provinciais e, na mais elevada instância, um congresso geral das colônias – o Primeiro Congresso Continental, ocorrido em setembro de 1774, na Filadélfia. Dele participaram 55 delegados de 12 colônias (todas, à exceção da Geórgia) e; por pouco, não houve, de imediato, a declaração de independência, apesar dos esforços dos representantes de Massachusetts nesse sentido. No entanto, o Congresso possibilitou uma passagem notável do núcleo do poder até então confinado na coroa para o âmbito das colônias, legitimando as insurgências esparsas, o que instaurou um movimento irremediável de incremento da autonomia das Treze Colônias em relação à Grã-Bretanha.

O que salta aos olhos nessa conturbada década de 1770 é o fato de que todos esses desdobramentos sociais, políticos e – porque não? – culturais criaram, sem que houvesse uma intenção clara para tanto, um novo tipo de política popular na América. A retórica da liberdade trouxe à superfície visível uma série de tendências políticas há muito latentes: a massa da população já não estava mais disposta a depositar sua confiança apenas em cavalheiros ricos e pretensamente bem-instruídos para representar nas instâncias governamentais. Indivíduos dos mais variados segmentos sociais perceberam que possuíam interesses particulares

¹¹⁵ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 72.

específicos demais para serem defendidos por pessoas que não fossem oriundas desses mesmos extratos sociais.

Wood, em ilustrativa exposição, registra a verdadeira mudança de paradigma que esse movimento de popularização da política representava:

“homens cultos, como o proeminente proprietário de terras William Henry Drayton, morador da Carolina do Sul e egresso de Oxford, reclamavam por ter que participar do governo com homens que só sabiam retalhar um animal no mercado ou remendar um sapato velho. “Nunca foi intenção da natureza fazer desses homens políticos profundos ou hábeis estadistas”. Em 1775, o governador real da Geórgia ficou boquiaberto ao perceber que o comitê que controlava Savannah consistia em “um lote de pessoas de baixa extração, principalmente carpinteiros, sapateiros, ferreiros e etc., sob o comando de um judeu”. Em algumas colônias, os políticos pediam um sufrágio mais amplo, o uso de cédulas em vez da tradicional votação oral, a abertura das reuniões legislativas para o público, a impressão das minutas legislativas e o registro dos votos de cada assembleia. Todas essas propostas ampliavam a arena política e limitavam o poder daqueles que se agarravam à política tradicional, feita de acordos privados e influência pessoal¹¹⁶”.

Com efeito, aqueles homens tidos como “prudentes” e de formação erudita tradicional não conseguiam aceitar esse mundo tão novo que a revolução haveria de propor, e por isso não tardaram a se calar ou assumir, desde logo, a dissidência leal à coroa, na esperança de preservarem a segurança que a figura do rei e da sociedade em que se formaram representava.

Mas já não seria possível barrar a Revolução.

No começo de 1775, o governo britânico já se preparava para uma ação militar, tendo mobilizado suas forças militares e navais e dado início a restrições comerciais em desfavor das colônias. Em abril daquele ano já foi possível observar conflitos armados, inicialmente em Massachusetts, colônia reconhecida a tempo como o centro dos distúrbios na América.

Em maio de 1775, já em meio a combates formais, os delegados das colônias se reuniram na Filadélfia para o Segundo Congresso Continental. Nesse contexto, o Congresso foi obrigado a assumir as funções de governo central das colônias, tendo criado naquele momento o chamado “Exército Continental” e designado George

¹¹⁶ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 76.

Washington como seu comandante. Além disso, determinou-se a emissão de papel-moeda para dar suporte às tropas e a formação de uma comissão para negociar com governos estrangeiros¹¹⁷.

Ao longo daquele ano a guerra foi escancarada: os americanos estavam enfrentando a maior potência do século XVIII.

Em 4 de julho de 1776, os delegados coloniais aprovaram formalmente a “Declaração de Independência”, um documento sucinto, de 300 palavras, redigido, em grande parte, por Thomas Jefferson, da Virgínia. Nela:

“o rei [Jorge III], então considerado o único elo remanescente entre os colonos e a Grã-Bretanha, foi considerado culpado por todo o sofrimento enfrentado pelos americanos desde 1763. O reinado de Jorge III segundo a declaração dos americanos “perante o mundo honesto”, era “uma história de sucessivas injúrias e usurpações, todas com o objetivo último de estabelecer um regime absoluto de Tirania sobre estes Estados”¹¹⁸.

Mesmo sem mencionar questões relevantes como o escravagismo, a Declaração de Independência permanece como uma inédita expressão dos ideais do Iluminismo, noções estas ainda profundamente arraigadas na mentalidade pública daquele povo. Com aguçado teor retórico, enuncia as razões que levaram à decisão de cortar os vínculos com a coroa e evidencia sua profissão de fé jusnaturalista, ao considerar as verdades “autoevidentes” da igualdade, e dos direitos à vida, liberdade e busca pela felicidade. Ao final, sepulta de vez todo e qualquer vínculo que já existiu com a monarquia inglesa:

“We, therefore, the Representatives of the united States of America, in General Congress, Assembled, appealing to the Supreme Judge of the world for the rectitude of our intentions, do, in the Name, and by Authority of the good People of these Colonies, solemnly publish and declare, That these united Colonies are, and of Right ought to be Free and Independent States, that they are Absolved from all Allegiance to the British Crown, and that all political connection between them and the State of Great Britain, is and ought to be totally dissolved [...]”¹¹⁹,

¹¹⁷ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 80.

¹¹⁸ Ibidem, p. 82.

¹¹⁹ The Declaration of Independence. The Want, Will, and Hopes of the People. 4 de Julho de 1776. Disponível em: <<http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

Essas “verdades universais” pareciam auto evidentes mesmo para os americanos do século XVIII. Nesse ponto, imperioso destacar que parte substancial da inspiração teórica da revolução reside na herança do pensamento liberal, que abrangia não só os tratados políticos de filósofos como John Locke, mas também escritos e panfletos populares daquele século. Esses postulados iam de encontro à parte da literatura política inglesa, representada por figuras proeminentes da primeira metade do século XVIII, como Alexander Pope, que escreveram textos marcados pela profunda e amarga hostilidade às grandes mudanças políticas, sociais e econômicas que viam acontecer a seu redor. Esses críticos posicionavam-se contra aquilo que entendiam como a comercialização geral do modo de vida inglês¹²⁰.

A Declaração de Independência, a seu turno, instaurou, formalmente, uma clara filosofia de direitos humanos fundamentais que poderia ser aplicada não só aos americanos, mas a todos os povos do mundo. Era essencial, para a revolução, a reclamação desse apelo universal, que atrai, igualmente, a ideia de que os americanos estavam envolvidos não só na defesa dos próprios direitos, mas em uma luta global para proteger a liberdade¹²¹.

5. Igualitarismo americano: ruptura com a tradição

Outra noção amplamente resignificada no movimento revolucionário foi a de igualdade.

Nas monarquias, o favor é a fonte da ascensão política. No republicanismo instaurado pela revolução, ninguém comandaria o sufrágio das populações senão pelo próprio mérito. Tratava-se da tão prezada igualdade republicana, que repercutia não só no campo da liderança política, mas em todos os segmentos da vida nas colônias. Essa noção talvez represente a mais poderosa ideia de toda a história norte-americana:

“Nothing contributed more to this explosion of energy than did the idea of equality. Equality was in fact the most radical and most powerful ideological force let loose in the Revolution. Its appeal was far more potent than any of the revolutionaries realized. Once invoked, the idea of equality could not be

¹²⁰ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 85.

¹²¹ Para uma análise crítica da remissão constante à figura imprecisa do “povo” nas declarações desse período e na própria Constituição de 1787, ver: ACKERMAN, Bruce. Nós o povo soberano: fundamentos do direito constitucional. Tradução de Mauro Raposo de Mello; coordenador e supervisor Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 249.

stopped, and it tore through American society and culture with awesome power¹²²ⁿ.

Atente-se, não obstante, que a igualdade não significava a eliminação de todas as diferenças. Na verdade, a sociedade colonial da década de 1770 era uma das mais desiguais que se tem notícia: os ricos membros da aristocracia recém-formada tornavam-se cada vez mais ricos, ao passo que os números de pobres nas cidades e “sem-terra” nas áreas rurais não paravam de crescer. Nesse ponto, Wood curiosamente registra que, por mais que aquela sociedade estivesse caminhando em direção à intensificação das discrepâncias entre ricos e pobres, essas questões jamais constituíram fonte de instabilidade e ansiedade social¹²³. Mas por que?

O “trabalho”; o “labor”, segundo a percepção dominante daquele período histórico, era tido como uma consequência natural e inevitável da necessidade e da pobreza, estando sempre associado à escravidão e com a servidão. Para os americanos, no entanto, o trabalho duro – *hard word* – investia-se de uma roupagem completamente nova, sendo visto como um instrumento virtuoso de ascensão social, fortemente aliado à certa noção de meritocracia¹²⁴.

Essa nova forma de compreender o trabalho e os mecanismos de ascensão social fez com que aquela sociedade colonial enxergasse com extrema desconfiança qualquer movimentação que tendesse a macular a percepção virtuosa do trabalho e a prosperidade tão duramente alcançada por meio dele:

“Therefore any possibility of oppression, any threat to the colonists’ hard-earned prosperity, any hint of reducing them to the poverty of other nations, was especially frightening; for it seemed likely to slide them back into the traditional status of servants or slaves, into the older world where labor was merely a painful necessity and not a source of prosperity¹²⁵ⁿ”.

¹²² WOOD, Gordon S. *The Radicalism of the American Revolution*. First Vintage Books Edition, Março de 1993. Publicado originalmente por: Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1992. Capítulo 16 (Democratic Officeholding).

¹²³ Idem.

¹²⁴ Nesse ponto, interessantes registrar que essa nova vinculação do trabalho ao prestígio social, especialmente na América pós-Revolução, foi um dos fatores que determinaram a corrosão definitiva da aristocracia naquela nação: “they [os membros da aristocracia] really never had enough independent wealth and income to support their classical image of living without working”. Mais sobre em: Idem.

¹²⁵ Idem.

Nesse sentido, a presença de profundas desigualdades de fato nunca geraria reações mais inflamadas do que as diversas ingerências da metrópole, que pareciam potencialmente mais opressivas e perigosas aos colonos. Por essa razão, o posterior advento do republicanismo não prejudicou a consolidação de uma aristocracia bem delimitada na América. No entanto, cuida-se de uma aristocracia muito distinta daquela “artificial” existente na Europa, baseada na tradição e no favor. Estamos falando, por outro lado, de uma aristocracia “natural”, formada por homens que encarnariam os valores do estoicismo dos heróis da antiguidade¹²⁶.

Com efeito, a visão valorosa do trabalho e a decorrente igualdade entre os “homens trabalhadores” colocava os indivíduos em posição de protagonismo:

“A ênfase dos revolucionários na capacidade do homem comum de eleger aqueles que tivessem integridade e mérito presumia certa inteligência moral da população como um todo. Os bons republicanos tinham que acreditar no bom senso do homem comum. O homem do povo podia não ser tão educado ou sábio quanto os cavalheiros que ostentam diplomas universitários, mas com certeza era mais digno de confiança [aos olhos americanos]. [...] A América republicana daria um fim ao logro e à dissimulação tão característicos dos cortesãos e das monarquias¹²⁷”.

Esse republicanismo, no entanto, iria ainda mais longe na promoção da igualdade. O pensamento mais elevado do século XVIII questionava a visão desdenhosa que, ao longo dos séculos, a elite aristocrática tivera da massa de pessoas comuns.

A afirmação de Jefferson, esculpida na Declaração de Independência, de que todos os homens são criados iguais era, com efeito, o “senso comum” vigente na América à época. Com efeito, “a crença de que somente a educação e o refinamento separavam um homem do outro era a ideia mais explosiva do século XVIII e, na verdade, de todo o pensamento moderno¹²⁸”. Era de fato impressionante o grau de aceitabilidade, nesse período, da ideia de igualdade entre os povos – uma natureza comum passaria a ligar todos os indivíduos.

O crescente “igualitarismo” não estava preocupado com a distribuição mais equânime de riquezas, mas não deixava de nutrir certo sentimento geral de que os americanos eram mais iguais, e era isso o que importava. Afinal, a riqueza como

¹²⁶ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 130.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Ibidem, p. 132.

meio para que um indivíduo se julgasse superior a outro era mais bem aceita do que berço, criação, herança familiar, nobreza ou mesmo educação. Com empenho e dedicação, esta poderia ser simplesmente igualada ou superada. A base dos relacionamentos era cada vez mais o dinheiro, e não a posição social. A título exemplificativo, Wood ensina que:

“As cidades menores, por exemplo, deixaram de reservar assentos nas igrejas por idade ou posição, e começaram a fazer leilões para ceder os bancos a quem pagasse mais. Homens ricos começaram a se vangloriar de sua origem humilde – algo que antes não era comum. Quando, em 1784, um político da Carolina do Sul foi elogiado na imprensa por ser um homem que se estabeleceu não por “relações de sangue ou amizade, mas graças ao dinheiro que ganhou”, tomou forma uma revolução sutil, porém radical, no pensamento. Quando, na década de 1790, se publicou postumamente a autobiografia de Benjamin Franklin, nasceu a celebração do homem que “fez a si próprio” (“*self-made man*”).¹²⁹”

A ruptura com a tradição paternalista do século anterior concretizou-se ao final do século XVIII. Os aprendizes já não eram dependentes da família do mestre; em vez disso, se tornaram algo como colaboradores de um negócio cada vez mais conduzido à margem do ambiente doméstico. Artesãos passaram a fazer cada vez menos trabalhos “sob medida” ou “sob encomenda” para patrões de com os quais guardavam laços de dependência; em vez disso, produziam para consumidores impessoais. Mestres em várias artes deixaram de ser patriarcas ligados de maneira paternalista aos seus artífices para se tornar empregadores que, como tal, pagavam salários. Com os mestres transformados em empregadores e os artífices, em empregados, os interesses de ambas as partes se tornaram cada vez mais distintos e conflitantes.

Com a erosão de boa parte do que ainda restava dos relacionamentos sociais tradicionais, mais e mais indivíduos romperam os laços de subordinação com suas famílias e comunidades, e estavam experimentando o que Wood chamou de “ansiedade da liberdade e independência”¹³⁰. As mudanças sociais que se disseminaram rapidamente desde a década de 1740 fizeram com que muitos americanos se debatessem tentando entender a real natureza do que estava acontecendo. É bem verdade que a elite aristocrática estava enriquecendo ainda

¹²⁹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 150.

¹³⁰ WOOD, 1992, Capítulo 16 (Democratic Officeholding).

mais, e o número de pobres e desprovidos de terra aumentava a passos largos. Mas essas classes sociais, baseadas na ocupação ou na riqueza, não se colocavam numa relação de antagonismo; de oposição – na verdade, sequer podemos falar em classes sociais no sentido moderno nesse período.

Com efeito, a desigualdade econômica não comprometia a cristalização de um profundo senso de igualdade, ao menos formal, entre os colonos do pré-revolução – uma igualdade diante do afrouxamento dos laços tradicionais de servidão:

“Yet in the end equality meant more than even this to the revolutionaries. Indeed, if equality had meant only equality of opportunity or a rough equality of property-holding, it could never have become, as it has, the single most powerful and radical ideological force in all of American history. Equality became so potent for Americans because it came to mean that everyone was really the same as everyone else, not just at birth, not in talent or property or wealth, and not just in some transcendental religious sense of the equality of all souls. Ordinary Americans came to believe that no one in a basic down-to-earth and day-in-and-day-out manner was really better than anyone else. That was equality as no other nation has ever quite had it¹³¹”.

Há de se ressaltar que o igualitarismo também foi atacado cada vez que a coroa britânica impôs um novo tributo unilateralmente. Afinal de contas, o que justificaria a imposição de tributos sobre atividades e produtos coloniais sem que estes fossem sequer consultados? Seriam os americanos, pelo simples fato de residirem do outro lado do Atlântico, menos dignos de participar das deliberações que determinariam os tributos sobre eles incidentes?¹³²

Em verdade, a importância desse novo e sofisticado senso de igualitarismo para a gênese dos direitos fundamentais é gigantesca: a universalidade dos direitos fundamentais depende em larga escala da noção primordial de que os indivíduos, independentemente das circunstâncias particulares nas quais estejam inseridos, compartilham entre si um mesmo núcleo de características que reclamam, por sua vez, um nível mínimo de proteção.

6. A Constituição dos Estados Unidos da América de 1787

¹³¹ WOOD, Gordon S. *The Radicalism of the American Revolution*. First Vintage Books Edition, Março de 1993. Publicado originalmente por: Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1992. Capítulo 16 (Democratic Officeholding).

¹³² “If taxes are laid upon us in any shape without our having a legal representation where they are laid, are we not miserable state of tributary slaves?”. Ver em: HOWARD, George Elliott. *The First Act for Revenue from the Colonies (1763-1764)*. *The American Nation: A History*. Editado por Albert Bushnell Hard, 1904-1918. p. 105.

A Revolução Americana, assim como todas as revoluções, não foi capaz de realizar a integridade das altas aspirações de seus idealizadores. Mesmo passada uma década da Declaração de Independência de 1776, a guerra revolucionária prolongou-se até meados de 1781, quando foram finalmente ratificados os Artigos da Confederação¹³³, que haviam sido aprovados desde 1778, fazendo surgir uma confederação entre as Treze Colônias.

Ocorre que o modelo confederativo foi mostrando-se por demais frágil para enfrentar os desafios da consolidação das novas nações independentes e de impedir a competição predatória entre elas¹³⁴. Aquela união já dava sinais de sua incapacidade de solucionar uma vasta gama de questões domésticas e no exterior: não havia qualquer previsão de criação de um Executivo central nem de um Judiciário federalizado; o Congresso Continental não dispunha de poderes para instituir tributos ou regular o comércio entre os Estados; e, acima de tudo, o imenso poder dado às assembleias legislativas estaduais a partir de 1776 já oferecia diversos exemplos de tirania legislativa¹³⁵ – a mesma que os americanos procuraram neutralizar desde o início da contenda com a ex-metrópole britânica.

A insatisfatoriedade da fórmula adotada era patente e justamente para revê-la foi convocada uma convenção, que se reuniu na Filadélfia a partir de 14 de maio de 1787¹³⁶. Nela, os delegados de doze Estados (Rhode Island, que defendia ferozmente a própria autonomia, recusou-se a participar da revisão dos Artigos da Confederação e não enviou representantes) iniciaram os trabalhos e logo abandonaram o projeto inicial de revisão dos Artigos da Confederação, convertendo-se em efetiva Convenção Constitucional¹³⁷.

¹³³ Os *Articles of Confederation* foram aprovados pelo Segundo Congresso Continental em novembro de 1777, constituindo o primeiro documento oficial de governo dos Estados Unidos da América, por meio do qual consolidou-se a Confederação a partir de um vínculo que se pretendia “perpétuo”. A necessidade por um diploma legal que delimitasse as bases do governo central surgiu após a Declaração de Independência de 1776. Foram vários meses de debates e alterações até que houvesse a aprovação definitiva pelo Congresso. Mais sobre o tema em: *The Articles of Confederation*. 15 de Novembro de 1777. Disponível em: <<http://history.house.gov/Historical-Highlights/1700s/The-Articles-of-Confederation/>>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

¹³⁴ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 169 (O período crítico).

¹³⁵ Ibidem, p. 172.

¹³⁶ Ibidem, p. 182.

¹³⁷ Imperioso ressaltar que, do ponto de vista formal, a Convenção de Filadélfia, ao avocar a competência constituinte, incorreu em vícios de ilegalidades gritantes, afastando-se do objetivo que inicialmente justificou a sua convocação. Além disso, a Convenção previu, para a ratificação da Constituição que elaborariam, procedimento diverso daquele que constava nos Artigos da

O texto aprovado pela Convenção em setembro de 1787 não só substituiu os Artigos da Confederação, limitando a autoridade dos estados, mas também criou uma concentração de poder inédita em nível federal¹³⁸: a solução para acomodar a necessidade de criação de governo central com o anseio dos Estados de manter sua autonomia deu origem à forma federativa de Estado, que permitiu a convivência dos dois níveis de poder: federal e estadual. Muitos americanos não tiveram dúvidas de que a nova Constituição representava uma mudança tão radical quando a própria Revolução. Paralelamente, aos olhos de alguns, a inauguração de um novo governo federal prometia a harmonia e a estabilidade que levariam os Estados Unidos a se tornar uma grande e gloriosa nação¹³⁹.

Importante, nesse ponto, dedicarmos algumas linhas à exploração do sentimento geral de frustração quanto ao papel desempenhado pelas assembleias legislativas estaduais naquele período. Pois bem.

Para muitos americanos, a década de 1780 foi crítica na medida em que a revolução e o experimento republicano como um todo pareciam ameaçados:

“A aprovação de leis injustas e confusas pelos legislativos estaduais – o “despotismo democrático”, como era chamado – sugeria que os indivíduos estavam preocupados demais com os próprios interesses para agir como bons republicanos. Assim, muito se temia que os Estados Unidos estivessem condenados ao mesmo destino que se abatera sobre as antigas repúblicas, a Grã-Bretanha e outras nações corruptas [justamente aquelas tão criticadas pelos americanos no contexto de sua independência]”.¹⁴⁰

A quebra das relações tradicionais de servidão a partir da consolidação da já mencionada igualdade republicana implicou, inequivocamente, na democratização

Confederação, modificando inclusive o órgão responsável pela ratificação, substituindo as assembleias legislativas estaduais por assembleias constituintes extraordinárias. Por fim, deixou de exigir a unanimidade dos Estados para aprovação das modificações introduzidas, estabelecendo que bastariam nove de treze votos favoráveis. A respeito do tema, ver: BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 16.

Em outras palavras, houve frontal desrespeito aos procedimentos de ratificação estabelecidos nos Artigos que haviam sido solenemente aceitos pelos treze Estados apenas alguns anos antes (Nesse ponto: ACKERMAN, Bruce. Nós o povo soberano: fundamentos do direito constitucional. Tradução de Mauro Raposo de Mello; coordenador e supervisor Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 56.).

Para uma análise mais detida dos eventuais impactos das ilegalidades do processo de ratificação da Constituição Americana, ver: Ibidem, p. 235.

¹³⁸ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 168.

¹³⁹ Ibidem, p. 184.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 169.

do poder legislativo estadual, a partir da qual as novas assembleias legislativas testemunharam um aumento expressivo do número de legisladores, em concomitância a uma ampla diversificação de suas características sociais.

Não obstante, muitas legislaturas mal conseguiam cumprir o que os revolucionários de 1776 tomaram como responsabilidade republicana, isto é, a promoção do bem comum. É bem verdade que as campanhas eleitorais e a livre competição entre os candidatos disseminaram-se, e que as reivindicações por mais acesso às atividades governamentais fizeram aumentar a rotatividade dos legisladores. Também é verdade que os jornais passaram a registrar o dia a dia dos debates legislativos, e que “homens do povo”, como artesãos e microempreendedores, deram provas de sua capacidade de contornar a hierarquia tradicional e emergir como líderes políticos proeminentes. A igualdade entre os cidadãos americanos repercutiu, por certo, na democratização das instâncias institucionais deliberativas. No entanto, foi possível observar também o desenvolvimento de uma política tacanha nos Estados Unidos, demasiadamente regionalista, segundo a qual a classe política buscava, a todo momento, aprovar medidas que servissem aos interesses específicos de determinado segmento eleitoral¹⁴¹.

Esse movimento de políticas e interesses conflitantes tornava o ato de legislar em nível estadual quase caótico¹⁴². Na década seguinte à independência, mais leis foram promulgadas do que no período colonial inteiro, e muitas eram apenas leis particulares, isto é, aquelas que se aplicam a um indivíduo ou grupo específico de indivíduos¹⁴³. Os esforços dos legisladores para responder as pressões e as exigências dos mais variados segmentos gerava uma profusão de partes satisfeitas e insatisfeitas, e acabaram levando o processo legislativo ao descrédito¹⁴⁴.

Nesse cenário, não é difícil imaginar porque, na década de 1780, muitos líderes americanos acreditavam que as verdadeiras autoridades políticas a se temer eram as legislaturas estaduais, e não os governadores¹⁴⁵. Muitas violações a direitos individuais de proprietários de terra foram perpetradas em razão da impressão de

¹⁴¹ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 171.

¹⁴² Ibidem, p. 172.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 172.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 172.

papel-moeda em excesso; várias leis em favor dos devedores em todos os Estados foram aprovadas; e as assembleias legislativas extrapolavam diuturnamente os limites da generosa fatia de autoridade concedida pelas constituições estaduais revolucionárias de 1776¹⁴⁶. Elas comumente absorviam numerosas funções executivas e judiciárias, como o comando de operações militares e a anulação de decisões judiciais¹⁴⁷. O crescente temor da tirania legislativa, a mesma tão duramente criticada pelos Americanos quando da oposição às ingerências do Parlamento britânico, forçou muitos líderes a questionar a legitimidade e os limites das assembleias populares.

E foi na busca por soluções institucionais à essa celeuma que os americanos pouco a pouco chegaram à conclusão de que precisariam recorrer à uma norma fundamental a fim de balizar as mudanças institucionais pretendidas: não seria possível que esse rearranjo fosse feito incidentalmente no âmbito de cada Estado. Percebeu-se que, se uma constituição pretendia ser imune a interferências do Legislativo, ela deveria ser criada por uma autoridade superior à própria assembleia legislativa, e dessa forma gerou-se um movimento de mudança na estrutura do governo central, extremamente enfraquecido até então¹⁴⁸. Seria a única solução para os problemas políticos e sociais dos Estados Unidos.

Em 1786, o acúmulo de pressões tornou a revisão do pacto confederativo inevitável. E esse contexto forneceu os pilares fundamentais sobre os quais as pretensões federalistas puderam prosperar¹⁴⁹, conforme bem retrata Wood:

“No fim das contas, foram os problemas que cada estado enfrentava individualmente na década de 1780 que tornaram a reforma constitucional do governo central possível. As leis injustas e confusas criadas pelas assembleias legislativas estaduais, disse Madison e Jefferson em 1787, passaram a ser “tão frequentes e flagrantes que alarmaram os amigos mais fieis do Republicanismo”. Os abusos populares cometidos pelos Poderes

¹⁴⁶ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 172.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 173.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 175.

¹⁴⁹ Durante o curso dos trabalhos na Convenção, prevaleceu o chamado “Plano da Virgínia”, capitaneado principalmente por James Madison, o qual preconizava uma mudança radical da estrutura de poderes, concedendo ao Congresso a prerrogativa de cobrar impostos, conceder empréstimos, emitir moeda e regular o comércio. Além disso, os Estados foram proibidos de conduzir relações exteriores, cunhar dinheiro, emitir letras de crédito, aprovar leis retroativas ou adotar qualquer medida para liberar devedores de obrigações assumidas em contrato. Em linhas gerais, os Estados perderam quase toda a competência sobre assuntos de ordem econômico-financeira. Mais sobre o tema em: Ibidem, p. 186.

Legislativos estaduais, disse Madison, “contribuíram mais para a inquietação que levou à Convenção, preparando as mentes do público para uma reforma geral, do que quem defendeu nosso caráter e nossos interesses nacionais em vista da inadequação da Confederação para seus objetivos imediatos¹⁵⁰”.

Com a subsequente aprovação do texto, começou a batalha política em prol de sua ratificação: batalha esta que adentrou praticamente todos os espaços de deliberação pública da sociedade¹⁵¹. Em junho de 1788, dez Estados haviam ratificado o texto da Constituição, um a mais do que exigido pelo seu art. VII – e em violação ao art. XIII dos pré-existentes Artigos da Confederação, que exigia quórum unânime para qualquer alteração que influenciasse a “união perpétua” previamente firmada.

A primeira Constituição escrita do mundo moderno passou a ser o marco simbólico do sucesso da Revolução Americana em seu tríplice conteúdo: a) independência definitiva das colônias em relação ao domínio britânico; b) superação do modelo monárquico em prol do republicanismo; e c) implantação de um governo constitucional, fundado no *rule of the law*¹⁵². Mas, acima de tudo, a cristalização da ideia de supremacia da Constituição em relação ao ordenamento jurídico – e à esfera política – representava o último passo que faltava para que os direitos fundamentais fossem alçados à posição central que possuem nos sistemas constitucionais até os dias de hoje.

¹⁵⁰ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 183.

¹⁵¹ Em Nova York, o acirrado debate deu ensejo à publicação pela imprensa de um conjunto de artigos que se tomariam célebres: os chamados “*Federalist Papers*”. Esses textos foram escritos e publicados ao longo de sete meses, a partir de outubro de 1787, com o propósito de demonstrar a importância da Constituição e a necessidade de sua ratificação, tendo como autores John Jay, James Madison e Alexander Hamilton, que escreveram sob o pseudônimo de “Publius”. Em 1788, esses ensaios foram reunidos em um volume único – denominado *The Federalist Papers* ou, também, “O Federalista” –, tendo se tornado, desde então, um clássico da literatura política. A influência que esses artigos doutrinários exerceram sobre o processo de ratificação em si foi limitada, mas a obra logo alcançou o posto de referência, por sua exposição sistemática acerca da Constituição e suas instituições, sendo considerada um dos maiores trabalhos de ciência política da história dos Estados Unidos. Nesse ponto, ver: BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 17.

¹⁵² Bruce Ackerman, ao tratar dos primórdios do constitucionalismo estadunidense, cunhou o termo “Fundação” para se reportar ao importante período de construção da Constituição original em 1787, bem como do *Bill of Rights* de 1791 e da delimitação inicial da Suprema Corte americana, especialmente a partir do famoso caso *Marbury v. Madison*, que lançou as bases do controle difuso de constitucionalidade naquela nação. Além da Fundação, o autor discorre acerca de outros dois “momentos constitucionais” da história americana que julga determinantes: a “Reconstrução”, do pós-guerra civil, e o “New Deal”. Mais sobre o tema em: ACKERMAN, Bruce. Nós o povo soberano: fundamentos do direito constitucional. Tradução de Mauro Raposo de Mello; coordenador e supervisor Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 56.

7. O *Bill of Rights* de 1791

Ao final da guerra revolucionária, a ideia de que as liberdades do povo deveriam ser expressas solenemente por meio de uma Carta de Direitos foi se tornando recorrente na mentalidade americana. Diversas constituições estaduais entre os anos de 1776 e 1783 já continham sessões inteiras disciplinando, muitas vezes ao detalhe, garantias e imunidades associadas com a administração da justiça frente às liberdades do indivíduo, bem como outras questões associadas à promoção de uma sociedade aberta e individualista¹⁵³. Ressalte-se novamente que a inserção dessa espécie normativa nesses diplomas legais se deve, em boa parte, às insurgências populares às leis tributárias britânicas. Inclusive, em muitas das constituições estaduais, notadamente nos casos de Nova York e Massachusetts, o *Bill of Rights* era tão extenso e detalhado que chegava ao ponto de ofuscar os demais tópicos do documento, o que nutria a percepção de que uma constituição, em última análise, nada mais era do que um instrumento de proteção da liberdade do indivíduo¹⁵⁴.

Foi por essa razão que a ausência de um núcleo garantidos de direitos fundamentais na Constituição Americana de 1787 gerou tanto desconforto na população daquela jovem nação. Atente-se, no entanto, que uma carta de direitos federal já havia sido objeto de discussões esparsas no curso da Convenção da Filadélfia. Mas a ideia não prosperou: os embates em torno do projeto federalista de reestruturação do governo americano parecem ter marginalizado a questão das garantias fundamentais do indivíduo para o segundo plano. Até mesmo trechos da Constituição que faziam remissão indireta àquilo que poderia constituir uma carta de direitos, a exemplo da proibição de leis *ex post facto*, foram questionados por alguns delegados, que as consideravam irrelevantes ou inúteis, uma vez que tais dispositivos só trariam para o texto constitucional reflexões infrutíferas¹⁵⁵. Mesmo entre os federalistas mais engajados era possível observar o consenso de que os trabalhos constituintes deveriam estar focados em questões mais gerais, relegando o tratamento normativo da preservação de direitos individuais às constituições dos

¹⁵³ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 36.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ WOOD, Gordon S. The creation of the American Republic, 1776-1787. Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, Virgínia. Publicado originalmente por University of North Carolina Press, 1969. Reimpresso em 1993. p. 536.

Estados¹⁵⁶ – dada a pretensão de estabelecer um governo central forte, os únicos poderes que os delegados tinham eram aqueles dos Estados. Sob esta perspectiva, se os direitos fundamentais do indivíduo estão expressamente assegurados nas Constituições estaduais, qual seria a razão de reafirmá-los no âmbito da Constituição federal? Ainda nessa linha, apesar de algumas vozes advogarem no sentido da importância da previsão de limitações ao poder estatal via direitos individuais, os federalistas acreditavam que a inclusão de um *bill of rights* na constituição poderia representar um enfraquecimento do governo nacional em favor dos Estados. O poder judiciário, argumentavam, seria capaz de conter abusos estatais e de fazer valer direitos do indivíduo, mesmo na ausência de uma carta de direitos específica¹⁵⁷.

Por todas essas razões, a Constituição federal de 1787 foi aprovada sem nenhuma remissão direta a garantias individuais do cidadão.

No entanto, o desejo já disseminado naquela nação por um *bill of rights* mostrou-se forte demais para ser ignorado¹⁵⁸. Essa declaração viria cerca de quatro anos depois, com a aprovação das dez primeiras emendas à Constituição dos Estados Unidos da América.

Muitas das convenções estaduais convocadas para ratificar a nova Constituição propuseram, paralelamente ao procedimento, uma série de emendas ao texto – em sua maioria, sugestões atinentes a garantias procedimentais de justiça e de às liberdades individuais¹⁵⁹.

Percebendo o sentimento generalizado de insatisfação, o Presidente Washington, em seu discurso de inauguração, solicitou que o Congresso apreciasse as muitas emendas sugeridas ao texto constitucional pelos Estados. Em resposta, Madison, agora membro da *House of Representatives*, assumiu a frente da empreitada e

¹⁵⁶ WOOD, Gordon S. The creation of the American Republic, 1776-1787. Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, Virgínia. Publicado originalmente por University of North Carolina Press, 1969. Reimpresso em 1993. p. 536.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 538.

¹⁵⁸ Até mesmo Jefferson, durante a Convenção constituinte, reconheceu que a maior parte dos cidadãos, inclusive um número respeitável de federalistas, concordava com a necessidade de uma declaração expressa das liberdades e direitos dos cidadãos. Ver: Ibidem, p. 542.

¹⁵⁹ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 39.

coordenou as várias sugestões introduzindo-as como propostas de emenda à Constituição¹⁶⁰.

Nesse bojo, debates extensos nas duas casas legislativas produziram um total de doze emendas que foram ratificadas pelo Congresso em setembro de 1789 e submetidas à apreciação dos Estados. Uma sucessão de Estados ratificou grande parte das emendas nos dois anos seguintes, de forma que, em novembro de 1791, o aval do Estado da Virgínia tornou dez das doze emendas parte da Constituição¹⁶¹.

No que tange o conteúdo das emendas que compuseram o *Bill of Rights*, voltamos nossa atenção para a classificação quaternária proposta por Kelly¹⁶².

A primeira emenda veio garantir a separação entre a igreja e o Estado, bem como afirmar as liberdades de religião, discurso, assembleia e petição, e representou a garantia de uma sociedade aberta e plural.

As segunda, terceira e quarta emendas refletiram os embates políticos com a Inglaterra antes e durante os anos revolucionários. A segunda emenda garantiu o direito do povo de manter e levar consigo armas. A terceira emenda proibiu o aquartelamento de soldados em meio à população civil em tempos de paz. Por fim, a quarta emenda proibiu mandados de busca e confisco desarrazoados – em claro reflexo às apreensões de mercadorias e demais abusos do período pré-revolucionário.

Já as quinta, sexta, sétima e oitava emendas constituíram outra classe de garantias: elas vieram afirmar postulados em prol da correta administração da Justiça – *fair administration of justice* – e da proteção dos direitos dos acusados judicialmente. Elas incluem “the right of grand jury indictment, a prohibition against double jeopardy and a like prohibition against compelling an accused person to testify against himself”¹⁶³. A previsão na quinta emenda de que ninguém será privado do direito à vida, liberdade e propriedade sem o devido processo legal constituiu uma variação do antigo “*law of the land*”, expressão que descende da Magna Charta de 1215¹⁶⁴. A sexta emenda reafirmou o direito à julgamento por um júri em casos criminais e

¹⁶⁰ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 39.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Ibidem, p. 40.

¹⁶⁴ Idem.

reiterou o direito de que dispõe o acusado de ser informado da natureza dos crimes dos quais está sendo acusado, das evidências contra ele levantadas, bem como do direito à procedimentos compulsórios a fim de obter testemunhas de defesa e de um representante perante a justiça. A sétima emenda garante o direito ao julgamento por júri em processos civis sob a égide do *commom law*, ao passo que a oitava emenda proibiu fianças e multas exorbitantes, assim como formas de punição cruéis. É dispensável ressaltar que todas essas garantias perduram até os dias de hoje no seio daquela sociedade.

Finalmente, temos as nona e décima emendas. A nona emenda, que previu que a enumeração de certos direitos na Constituição não prejudica a afirmação de outros não enunciados, representou uma tentativa de desqualificar o argumento de que a disposição de certos direitos excluiria outros não mencionados¹⁶⁵. Já a décima emenda, que reservou aos Estados e ao povo subsequentemente os poderes não delegados ao governo central pela Constituição, meramente repisou o fato de que o novo governo nacional dispunha de um número certo de prerrogativas, de forma que o que restou da soberania não delegada deveria ser atribuída aos Estados¹⁶⁶.

Ocorre que a classificação proposta por Kelly não torna patentes as repercussões das leis tributárias naquele núcleo de direitos fundamentais do indivíduo que a Constituição Americana incorporou a partir de 1791. Por mais que o *Bill of Rights* possa parecer, à primeira vista, um resultado direto das demandas populares no contexto específico da ratificação do texto constitucional, é preciso que resgatem os a importância das imposições tributárias da década de 1760 para a construção teórica desses direitos. Afinal de contas, como a questão tributária pode compor a origem dessa nova forma de lidar com direitos subjetivos e com o papel do Estado?

Nesse diapasão, o capítulo que segue se presta ao saneamento da extensa incursão histórica empreendida nesse primeiro momento.

Avancemos.

¹⁶⁵ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 41.

¹⁶⁶ Todas as dez emendas integrantes do *Bill of Rights*, aponte-se, impuseram limitações expressas somente sobre o governo nacional, e não sobre a soberania dos governos estaduais, fato que a Corte Suprema confirmou em 1833. Ver: Idem.

Capítulo II

O advento dos direitos fundamentais de primeira geração nos Estados Unidos da América

O presente capítulo deve ser entendido como uma “revisão qualificada” da extensa análise historiográfica empreendida anteriormente. Aqui, o objetivo é revisitar pontos centrais já ventilados de forma a lançar luzes sobre as circunstâncias que efetivamente balizaram a construção da ideia de direitos fundamentais do indivíduo nos Estados Unidos.

Tal empreitada deverá passar, inevitavelmente, pela adoção do republicanismo naquela nação – cujo advento encontra suas bases antes mesmo das leis tributárias da década de 1760 – e pela crescente primazia que a Carta Constitucional foi adquirindo em relação aos sistemas jurídico e político.

Sob esta ótica, passemos à análise de algumas condicionantes fundamentais.

1. Condicionantes: a Revolução, o republicanismo e o apreço pela Constituição

Wood, ao explorar os impactos que a revolução gerou no governo e na sociedade do período, discorre vastamente sobre a importância da transformação dos “súditos” em “cidadãos”. O conceito de súdito deriva das palavras latinas *sub* e *jacio*, e significam que o indivíduo está “sob” o poder de outro. Desponta dessa denominação o elemento intrínseco da subordinação; da sujeição de um à autoridade de outrem. Poder outro lado, o conceito de cidadão reclama o reconhecimento de subjetividade do indivíduo perante os demais e, acima de tudo, ante a presença do Estado. Dessa forma, o cidadão encerra, em si mesmo, uma unidade autônoma e independente. Quando esse cidadão une-se aos demais, a massa de indivíduos livres passa a deter, coletivamente, soberania¹⁶⁷. Súditos subordinam-se a um mestre, mas cidadãos são indivíduos iguais entre si, não havendo espaço para a afirmação de quaisquer direitos hereditários que impliquem na afirmação de uma posição de subordinação.

¹⁶⁷ WOOD, Gordon S. *The Radicalism of the American Revolution*. First Vintage Books Edition, Março de 1993. Publicado originalmente por: Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1992. 447 p.

A passagem de súditos para cidadãos tem como ponto de inflexão o advento do republicanismo; que, aliado ao crescimento do igualitarismo já analisado, representou a superação do paradigma monárquico naquela sociedade revolucionária. Mas se não trata, na hipótese, daquele republicanismo clássico da Grécia e da Roma. Trata-se, na verdade, de um republicanismo qualificado: fundado na força normativa de uma Constituição.

Com efeito, a constituição tornou-se uma verdadeira bíblia política para os americanos como resultado da Revolução. Mas atente-se que o desenvolvimento da concepção peculiar dos americanos em torno de um documento desse tipo não foi tão simples: sob a pressão dos debates travados com a Inglaterra nas décadas de 1760 e 1770, os americanos moldaram a forma que sua constituição assumiria. Analisemos.

A idolatria pela constituição foi o produto das várias mudanças no pensamento político que ocorreram ao longo dos anos revolucionários¹⁶⁸; mudanças que se acomodaram inicialmente, conforme visto, nas Constituições estaduais e, posteriormente, na Declaração de 1776. Mas tais transformações foram amplamente exploradas e expandidas nos anos subsequentes, conduzindo às premissas fundamentais do constitucionalismo americano que, no final da década de 1780, indicou uma forma inteiramente nova de enxergar as limitações constitucionais ao poder político.

A principal ideia que baliza essa transformação talvez seja a de que a constituição constitui uma lei escrita, – da forma mais solene possível, para ser reconhecida, ratificada e confirmada – “superior”, posicionada acima do próprio governo e segundo a qual qualquer outra norma do sistema deverá ser validada. Trata-se de ideia realmente inédita. Para os ingleses, não poderia haver diferença entre a constituição, a moldura governamental e o sistema normativo. Essas dimensões reportavam-se à mesma substância: todo e qualquer ato do Parlamento – a exemplo dos tributos impostos às colônias – fazia parte, em alguma medida, da própria constituição, e todas as leis, estatutárias ou consuetudinárias, eram

¹⁶⁸ WOOD, Gordon S. The creation of the American Republic, 1776-1787. Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, Virgínia. Publicado originalmente por University of North Carolina Press, 1969. Reimpresso em 1993. p. 259.

“constitucionais”¹⁶⁹. Era precisamente nesse ponto que os americanos encontravam seu ponto de inflexão com os ingleses: estes tinham dificuldade de diferenciar as dimensões de “legalidade” e “constitucionalidade”¹⁷⁰. Por mais as ações britânicas sobre as colônias na década de 1760 e 1770 estivessem investidas de legalidade, isto é, estivessem de acordo com os canais regulares de produção normativa, parecia absurdo aos americanos que tais medidas fossem “automaticamente” constitucionais, ou estivessem de acordo com os princípios básicos de justiça que fundariam a constituição inglesa¹⁷¹.

Em verdade, no plano teórico, os americanos, no momento em que decidiram fazer frente às ingerências da metrópole, acreditavam que estavam lutando para conservar as bases do constitucionalismo inglês, e não contestá-lo frontalmente¹⁷². Para eles, a Revolução evidenciaria como o constitucionalismo inglês havia sido corrompido pelos abusos do Parlamento; e dessa mesma Revolução nasceria uma forma pioneira de enxergar a validade do poder do Estado, que elevaria a figura do “povo” à mais alta instância da fundamentação e direcionamento do “poder público”¹⁷³.

Mas a indignação dos americanos ante as medidas autoritárias da coroa parecia tratar-se, antes de tudo, de uma questão de direitos subjetivos. Ora, partindo da universalidade e auto evidência de direitos como aqueles à liberdade e à busca pela felicidade, era absolutamente lógico para os americanos taxar como inválidos todos os atos em estivessem em desacordo com esses princípios fundantes do pacto constitucional¹⁷⁴. Tal perspectiva assinala com muita clareza as enormes divergências entre as políticas da América e da Grã-Bretanha¹⁷⁵. Em sentido parelho, a essencialidade desses princípios reclamava que a Constituição fosse diferenciada e separada das instituições de governo e dos estatutos ordinários do

¹⁶⁹ WOOD, Gordon S. The creation of the American Republic, 1776-1787. Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, Virgínia. Publicado originalmente por University of North Carolina Press, 1969. Reimpresso em 1993. p. 260.

¹⁷⁰ Essa percepção se deve, em boa parte, ao sistema de *common law* que vige no contexto inglês até os dias de hoje.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² É curioso observar que “a Revolução Americana sempre pareceu um movimento incomumente intelectual e conservador – conduzido não para criar novas liberdades, mas para preservar as antigas”. Mais em: WOOD, 2013, p. 84.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Op., cit., idem.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 63.

Parlamento – os atos do Poder legiferante jamais poderiam opor-se aos postulados e procedimentos da norma fundamental¹⁷⁶.

E foi nesse contexto que a já ventilada transição republicana, balizada pelo *rule of law*, repercutiu diretamente nas novas concepções de poder público: o governo não poderia mais ser visto como uma extensão da autoridade privada do rei, envolto em seus privilégios e prerrogativas. Os governantes não dispunham mais de um “direito pessoal de governar”¹⁷⁷, transmitido hereditariamente. O consentimento popular passou a constituiu-se na justificação exclusiva para o exercício de autoridade por qualquer representante do Estado, seja ele um senador, um governador ou mesmo um juiz. Nesse sentido, extinguiu-se qualquer influência sobre a esfera pública de quaisquer interesses privados, de forma a evitar a corrupção daquela por estes.

A separação inédita entre as esferas pública e privada possibilitou uma maior autonomia do indivíduo em relação aos assuntos do Estado. Com efeito, a pujança dos desdobramentos da década de 1770 criou, sem que houvesse uma intenção muito clara, um novo tipo de retórica popular na América, fundada sobre as bases de um novo pacto constitucional, responsável por trazer à superfície uma “retórica da liberdade” à muito latente naquela sociedade¹⁷⁸. Sob a égide dessa tendência, o estabelecimento das diretrizes básicas de organização e atuação do Estado republicano passou a ter como principal missão a “esterilização” de influências de interesses privados sobre a “coisa pública”, o que lançou os pilares para o desenvolvimento dos direitos fundamentais do indivíduo, agora numa acepção moderna.

Consequentemente, da mesma forma que o Estado se descontaminou da contingência dos individualismos, o indivíduo também se viu resguardado de quaisquer interferências estatais tendentes a macular seus direitos mais fundamentais.

Estavam lançadas, assim, as bases para a formação dos direitos fundamentais de primeira geração.

¹⁷⁶ WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. p. 175.

¹⁷⁷ WOOD, 1993, p. 447.

¹⁷⁸ Op., cit., ibidem, p. 75.

2. Sobre o advento dos direitos fundamentais de primeira geração nos Estados Unidos da América

A emergência de uma forte teoria dos direitos fundamentais no pós-Revolução, apesar de evidente, constitui processo complexo, cujas origens são por certo variadas e de difícil delimitação. No entanto, uma característica marcante que desponta da complexidade das discussões historiográficas, políticas e jurídicas do período é a crença de que a sociedade deve possibilitar que os indivíduos sejam, acima de tudo, livres – para ir e vir, para acreditar, para pensar e agir autonomamente, para argumentar, para criticar –, com o mínimo possível de controle por parte do Estado¹⁷⁹. Em outras palavras, a teoria dos direitos fundamentais encontra sua gênese da ideia primordial de que o poder do Estado deve limitar-se a um mínimo de atribuições que não poderiam ser assumidos por particulares:

“Put differently, what Locke, Jefferson and the other champions of this society were contending for was the removal of whole great areas of human live from control by the state. The state was not necessary to be weak, but there was to be large growing domain of life with which it could not interfere¹⁸⁰”.

Mas há de se atentar, conforme visto, que o declínio do poder e presença do Estado na vida dos indivíduos não ocorreu de forma súbita nas Treze colônias. Em verdade, é possível observar antecedentes históricos desse movimento mesmo na Inglaterra, onde, ao final do século XVII, a Casa dos Comuns intensificou as discussões atinentes às liberdades de imprensa naquela nação, fazendo relaxar em certa medida a intensa política de controle de manifestações contrárias ao governo; as quais, na era Elisabetana, eram punidas com mutilações e até mesmo a morte¹⁸¹. Esse fato se presta à ilustração de uma constatação que deve ser sempre visível: a de que o estudo da história da humanidade é tarefa sempre complexa, na medida em que mesmo momentos de ruptura paradigmática, como a própria Revolução Americana, carregam consigo um sem número de condicionantes históricos, causas,

¹⁷⁹ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 28.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Ibidem, p. 29.

condições e implicações que, na grande maioria das vezes, não são de simples delimitação por nós, modernos, que não cessamos de olhar para o passado¹⁸².

De uma forma ou de outra, a era revolucionária cristalizou na forma de direitos fundamentais uma série de liberdades individuais. Antes mesmo do advento da Constituição, as resoluções do Congresso da Lei do Selo posicionaram os pleitos coloniais num poderoso plano constitucional. Posteriormente, a Declaração de Independência produzida pelo Congresso Continental em 1776 trouxe em seu bojo a afirmação de que os colonos detinham cinco direitos inalienáveis: governo representativo, julgamento por júri, liberdade pessoal ou individual, livre posse da terra e, finalmente, liberdade de imprensa. Com efeito, os americanos desse período estavam determinados a barrar qualquer tipo de limitação à liberdade de imprensa e à liberdade de oposição política. Em junho daquele mesmo ano, o Estado da Virgínia promulgou seu *Bill of Rights*, incorporando à constituição estadual a primeira garantia específica de liberdade de imprensa na história dos Estados Unidos. Maryland seguiu o exemplo algumas semanas depois com a previsão constitucional de que “*the liberty of the press ought to be inviolably preserved*”, ao passo que a Carolina do Norte referiu-se, em sua Constituição, à liberdade de imprensa como sendo “*one of the great bulwarks of liberty [...] ought never to be restrained*”. A seu turno, Massachusetts declarou que “*liberty of the press is essential to the security of freedom [and] ought not, therefore to be restrained in the commonwealth*”¹⁸³.

Mas nenhuma declaração de liberdade de imprensa e de opinião foi mais enfática do que a da Constituição da Pensilvânia de 1776:

“... the printing presses shall be free to every person who undertakes to examine the proceedings of the legislature or any branch of government, and no law shall ever be made to restrain the right thereof. The free communication of thoughts and opinions is one of the invaluable rights of man: and every citizen may freely speak, write, and print on any subject, being responsible for the abuse of that liberty. In prosecutions for the publication of papers investigating the official conduct of officers, or men in a public capacity, or where the matter published is proper for the public information, the truth thereof may be given in evidence. And, in all

¹⁸² Reportamo-nos, nesse ponto, ao marco teórico da Escola dos Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em janeiro de 1929, em Paris.

¹⁸³ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 30.

indictments for libels, the jury shall have a right to determine the law and the facts under the Direction of the court as in other cases¹⁸⁴”.

Ocorre que a consolidação das liberdades do indivíduo espalhou-se por muitos outros campos. Foi o caso da liberdade de credo e religião.

Podemos dizer que os avanços nesse campo foram mais lentos, na medida em que por muitas eras a humanidade assumiu a questão religiosa também sob seu aspecto de controle político. Sob esta ótica, a estipulação de uma religião oficial pelo Estado sempre desempenhou importante papel de segurança e conformidade social¹⁸⁵, razão pela qual as primeiras propostas de separação entre igreja e Estado foram vistas com muita desconfiança – eram “radicais” demais.

Nessa esteira, sistemas de imposição religiosa com suporte no Estado, bem como a proibição rigorosa de visões de mundo em desconformidade com o credo estabelecido ainda eram a regra no século XVII, tanto em solo britânico quanto nas colônias americanas¹⁸⁶. Somente a partir do século seguinte que foi possível observar um crescimento relativamente rápido daquilo que se chamou de “indiferentismo religioso” e de uma nova visão secular de mundo. Esse momento gerou impactos sensíveis na Inglaterra a partir da metade do século XVIII, mas repercutiu de forma determinante na América, que testemunhou um súbito crescimento da tolerância religiosa sob um enfoque fortemente pragmático¹⁸⁷.

Isso dificilmente se traduz em liberdade religiosa para nós, modernos. Em verdade, ainda haviam igrejas suportadas por tributos estatais em grande parte das colônias, e direitos civis e políticos só adquiriam extensão completa se acompanhados de certo grau de conformidade religiosa ortodoxa. A maioria das colônias banuiu em algum momento católicos, judeus, agnósticos, ateístas e mesmo deístas de cargos públicos ou do direito ao sufrágio¹⁸⁸. Não obstante, é imperioso observar que as colônias deram início, no período revolucionário, à caminhada em direção à atitude norte-americana moderna frente à liberdade religiosa. Pela primeira vez, não parecia mais crucial que houvesse a imposição de conformidade religiosa aos “hereges”,

¹⁸⁴ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 31.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 33.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 32.

como ainda parecia comum na era das reformas protestantes da Europa. Além disso, o incremento da diversidade de crenças religiosas foi tornando a perseguição de dissidências religiosas cada vez mais difícil, na medida em que ninguém mais se achava em posição de dominar toda a ordem social. Finalmente, o crescimento do individualismo – político e jurídico – populou paulatinamente a mentalidade dominante para fazer nascer a percepção de que assuntos de fé e prática religiosa não eram propriamente uma questão do Estado¹⁸⁹. Por essas razões, “it is not surprising, therefore, that most state constitutions of the Revolutionary era strongly reflected the prevalent spirit of religious toleration and religious liberty¹⁹⁰”, o que pode ser claramente observado na Constituição de Nova York de 1777, que declarou:

“whereas we are required by the benevolent principles of rational liberty... to guard against oppression and intolerance, ... the free exercise and enjoyment of religious profession and worship, without discrimination or preference, shall forever hereafter be allowed within the state to all mankind¹⁹¹”.

Considerando o que foi exposto, é devido afirmar que os Estados Unidos experimentaram a construção de uma forte doutrina de direitos fundamentais de primeira geração nos anos pós-revolucionários, especialmente com o advento do *Bill of Rights* de 1791. De fato, a afirmação desses direitos transformou drasticamente a forma como aquela sociedade passou a enxergar dilemas imanentes e de extrema importância, a exemplo da mencionada questão da liberdade religiosa e de imprensa.

Ocorre que, apesar da formação desse novo núcleo de garantias individuais ser de fácil constatação – ante a observação dos marcos legais do período, inicialmente no bojo das declarações de direitos estaduais –, não fica claro, ao menos à primeira vista, em que medida as leis tributárias impostas quando da reestruturação da presença britânica nas colônias foram, de fato, relevantes para a consolidação dessa nova forma de compreender os limites do poder do Estado. Em última análise,

¹⁸⁹ KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954. p. 34.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Ibidem, p. 35.

o apreço pelos direitos fundamentais do indivíduo guardaria relação com um certo número de tributos impostos quase duas décadas antes?

Imbuídos dessa dúvida, passemos ao Capítulo III, no qual procuraremos empreender uma análise pormenorizada de cada uma das garantias previstas na Carta de Direitos de 1791 em atenção às reações populares e institucionais os tributos impostos unilateralmente na década de 1760.

Capítulo III

Dos antecedentes tributários dos direitos fundamentais

Alcançamos, finalmente, o cerne do presente trabalho. Procuraremos, neste derradeiro Capítulo, demonstrar o quão impactante foram as imposições tributárias britânicas sobre as Treze Colônias no período pré-revolucionário não só para a Revolução em si, mas para a construção de noções tipicamente modernas de constitucionalismo e direitos fundamentais do indivíduo – mote condutor deste trabalho.

Registramos, de plano, que a relação que se pretende estabelecer padece, desde a origem, de inúmeras limitações. Em verdade, quando lidamos com história, jamais devemos incorrer no equívoco de estabelecer relações diretas, segundo uma lógica viciada de causa e efeito¹⁹². Não obstante, esperamos neste Capítulo tornar evidente como as referidas leis tributárias desencadearam, no plano teórico e fático, todo um processo de contestação do paradigma vigente acerca do fundamento de validade do poder do Estado. Em outras palavras, há de se reconhecer, ao menos, uma relação mediata entre essa nova categoria de direitos subjetivos e as insurgências contra a tributação imposta unilateralmente; e “*without representation*”. Pois bem.

Como visto no Capítulo I, desde os primórdios da década de 1760, com a intensificação das interferências britânicas, rebeliões irromperam continuamente por toda a colônia como forma de demonstrar oposição às ingerências da metrópole, especialmente dada a ineficiência dos canais regulares de poder. Essas manifestações uniam diversos segmentos da sociedade, desde trabalhadores rurais, artesões e mecânicos até membros da aristocracia, sempre reclamando para si uma forte retórica anti-autoritarista.

Com a Lei do Selo, por exemplo, as convulsões populares e a formação dos Filhos da Liberdade em diversas colônias portuárias em 1765, cidadãos comuns – mecânicos e artesãos de todos os tipos – uniam-se no boicote generalizado aos produtos britânicos. Em 1772, os mecânicos da Filadélfia, que representavam

¹⁹² Reportamos-nos, nesse ponto, mais uma vez ao marco teórico da Escola historiográfica dos Annales.

metade dos homens residentes naquela cidade, formaram uma organização denominada “Sociedade Patriótica”, o primeiro grupo organizado de pressão não religioso na história da Pensilvânia. Em Nova York, os mecânicos começaram a reunir-se em bares e tavernas, mas rapidamente compraram um espaço de encontro e o nomearam “*Mechanics Hall*”. Por toda a colônia, os artesãos desenvolviam um novo senso de identidade coletiva e começaram a pleitear abertamente seus interesses enquanto grupo organizado perante as esferas públicas¹⁹³. A unidade que foi senso formada em torno da luta contra as leis tributárias talvez tenha sido a primeira grande consequência dos abusos britânicos.

Essas novas vozes da sociedade civil organizada não eram tão somente grupos de pressão – altamente efetivos, diga-se de passagem, haja vista o sucesso alcançado por esses grupos quando do boicote aos produtos britânicos, a título exemplificativo. Com o tempo, esses segmentos organizados da sociedade passaram a pleitear a participação nas decisões governamentais. Por certo, uma das bandeiras mais recorrentes nos inúmeros movimentos articulados de insurgência ao longo das décadas de 1760 e 1770 é o crescimento de uma ideologia de envolvimento dos “cidadãos comuns” na condução do governo. E há algo de muito constitucional nisso. Conforme se pretendeu expor, a posição americana frente às imposições tributárias que sucederam desde 1764 sempre se situou num conteúdo altamente constitucional: uma vez que povo das Treze Colônias não possuía – e nem poderiam possuir – representantes no longínquo Parlamento britânico, a imposição de quaisquer atos tributários, sejam eles “internos ou externos”, representaria uma violação frontal dos direitos, privilégios e autoridade das colônias.

Ora, haveria algum movimento mais progressista do ponto de vista constitucional do que aquele do *no taxation without representation*?

Ressalta-se, não obstante, que há um imenso espaço entre a participação das massas nas rebeliões contrárias às interferências britânicas e a efetiva participação destas nas deliberações acerca dos rumos do governo. O republicanismo clássico propugnava que uma participação dessa natureza implicaria desvirtuamento do Estado, dada a suposta incapacidade das massas de deixarem de lados seus interesses egoísticos, mas era exatamente isso que os homens livres da América

¹⁹³ WOOD, Gordon S. *The Radicalism of the American Revolution*. First Vintage Books Edition, Março de 1993. Publicado originalmente por: Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1992. 447 p.

queriam¹⁹⁴. Com efeito, a ampla participação das massas populares nas rebeliões contra as imposições tributárias britânicas foi paulatinamente nutrido, intencionalmente ou não, um forte senso republicano naquela sociedade que, por certo, não se dissiparia com o fim do movimento revolucionário. Sem sombra de dúvida, há de se observar que as oposições populares aos tributos ingleses forneceram embasamento e legitimidade às reformulações teóricas que conduziram à nova fundamentação do poder no pós-revolução, dessa vez em torno da figura a soberania popular representada¹⁹⁵. O preâmbulo da Constituição de 1787, ainda hoje em vigor, ilustra claramente esse argumento:

“We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defense, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America¹⁹⁶”.

Com efeito, a elevação da figura do “povo” ao posto de fundamento de validade do poder do Estado também deve ser enxergada como uma reação aos reiterados abusos do Parlamento, que jamais hesitou em marginalizar os direitos dos cidadãos das colônias em prol da consecução dos objetivos fiscais da coroa. A postura britânica sempre refletiu a ideia de que os direitos dos colonos decorriam da autoridade do Parlamento que, por sua vez, estaria acima de qualquer garantia individual. Essa postura pode ser facilmente observada em resposta a um panfleto redigido em novembro de 1764 pelo então governador eleito de Rhode Island, Stephen Hopkins, contra o que viria a ser o *Stamp Act*. Nesta, Martin Howard, proeminente advogado defensor da causa britânica, negou que os colonos possuísem direitos independentes ou não controlados pela autoridade do Parlamento. Para ele, em que pese o reconhecimento dos direitos inerentes à vida, à liberdade e à tutela estatal, os colonos jamais poderiam reclamar para si os

¹⁹⁴ WOOD, Gordon S. *The Radicalism of the American Revolution*. First Vintage Books Edition, Março de 1993. Publicado originalmente por: Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1992. 447 p.

¹⁹⁵ Nas décadas seguintes à Revolução, a radicalização das demandas por participação popular nas instâncias deliberativas conduziu a reações mais ou menos inflamadas por parte das elites aristocráticas. Estas mostraram-se resistentes à ampliação drástica e repentina dos canais de acesso às instâncias decisórias do governo. Em última análise, a própria decadência da aristocracia americana se deu em razão das demandas por democratização do poder no pós-Revolução. Mais em: *Ibidem*, Capítulos 14 (Interests) e 15 (The Assault on Aristocracy).

¹⁹⁶ Constitution of the United States. Preamble. 17 de Setembro de 1787. Ratificada em 21.06.1788. Disponível em: <https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017. Grifos nossos.

mesmos direitos políticos de que gozavam os cidadãos residentes do outro lado do Atlântico, tendo em vista a subordinação das instituições coloniais à autoridade de quem as instituiu, isto é, o Parlamento¹⁹⁷. E avança, pugnando que os colonos não podem eximir-se da tributação ao fundamento de que não enviam delegados ao Parlamento em razão da teoria da representação virtual:

“The members of the House of Commons are representatives of every British subject wherever he be, and therefore, to every useful and beneficial purpose, the interests of the colonists are as well secured and managed by such a house, as though they had a share in electing them. Therefore, he concludes, the colonists may justly challenge the justice or wisdom of the particular measures of the Parliament, but not its jurisdiction.”¹⁹⁸

Portanto, transferir o fundamento de validade da Constituição – e do poder segundo ela exercido – para o “povo”, e não para qualquer instituição em específico, foi imprescindível, a um, para a ampliação da participação popular na condução dos rumos do Estado e, a dois, para a posterior afirmação dos direitos fundamentais do indivíduo, dessa vez numa perspectiva mais poderosa, com forte conteúdo contra majoritário.

E esse desejo de participação popular certamente refletiu no conteúdo das declarações de direitos oriundas do movimento revolucionário. A começar pelas constituições estaduais, que talvez representem a primeira fase desse movimento de afirmação constitucional de garantias individuais frente ao poder do Estado. Conforme visto, boa parte dessas constituições passou a dispor vastamente sobre direitos subjetivos, dedicando sessões inteiras ao trato da matéria e, dessa forma, introjetando em maior ou menor medida as reivindicações das ruas contra os tributos da coroa e demais abusos perpetrados pelo Parlamento inglês. As disposições estaduais sobre o tema influenciaram, conforme visto, os debates travados no âmbito da Convenção constituinte da Filadélfia, e mais ainda o processo de ratificação do *Bill of Rights* posteriormente.

Mas antes mesmo disso, no bojo da Declaração de Independência, o movimento do *no taxation without representation* encontrou sua máxima expressão. A questão dos tributos impostos sem a devida representação constitui um dos principais motivos

¹⁹⁷ HOWARD, George Elliott. The Menace of the Stamp Act (1764-1765). The American Nation: A History. Editado por Albert Bushnell Hard, 1904-1918. p. 133.

¹⁹⁸ Idem.

indicados pelo povo das colônias para fundamentar a dissolução definitiva dos vínculos políticos em relação à antiga metrópole. No documento, a história do Rei da Grã-Bretanha é retratada como sendo a história de “repetidas ofensas e usurpações”, todas com o objetivo direito de estabelecer a tirania absoluta sobre aqueles Estados Unidos¹⁹⁹. Para provar a alegação, enumeram-se diversos fatos cometidos pelo Rei, dentre eles:

“[...] He has dissolved Representative Houses repeatedly, for opposing with manly firmness his invasions on the rights of the people. [...] He has combined with others to subject us to a jurisdiction foreign to our constitution, and unacknowledged by our laws; giving his Assent to their Acts of pretended Legislation: [...] For imposing Taxes on us without our Consent.”²⁰⁰

E, fazendo referência às diversas petições contestando as medidas tributárias adotadas, às quais foram solenemente encaminhadas ao Parlamento e sumariamente ignoradas, continua:

“In every stage of these Oppressions We have Petitioned for Redress in the most humble terms: Our repeated Petitions have been answered only by repeated injury. A Prince, whose character is thus marked by every act which may define a Tyrant, is unfit to be the ruler of a free people.”²⁰¹

Avançando mais ainda, passamos a focar nossa análise na Carta de Direitos de 1791, responsável pela primeira positivação de um núcleo garantidor dos direitos fundamentais na Constituição Americana. Também nesse documento a tributação britânica revela notórios reflexos. Relembremos, de plano, seu conteúdo²⁰²:

¹⁹⁹ The Declaration of Independence. The Want, Will, and Hopes of the People. 4 de Julho de 1776. Disponível em: <<http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Extraídas de: PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. Páginas 432 e 433.

THE FIRST TEN AMENDMENTS TO THE CONSTITUTION²⁸

December 15, 1791

Religion, speech, press, assembly, and petition	ART. I. Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the government for a redress of grievances.
Right to bear arms	ART. II. A well regulated militia being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear arms shall not be infringed.
Quartering of soldiers	ART. III. No soldier shall, in time of peace, be quartered in any house without the consent of the owner; nor in time of war, but in a manner to be prescribed by law.
Searches and seizures Warrants	ART. IV. The right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures, shall not be violated; and no warrants shall issue, but upon probable cause, supported by oath or affirmation, and particularly describing the place to be searched, and the persons or things to be seized.
Grand jury	ART. V. No person shall be held to answer for a capital or otherwise infamous crime, unless on a presentment or indictment of a grand jury, except in cases arising in the land or naval forces, or in the militia, when in actual service, in time of war or public danger; nor shall any person be subject for the same offence to be twice put in jeopardy of life or limb; nor shall be compelled, in any criminal case, to be witness against himself; nor be deprived of life, liberty, or property, without due process of law; nor shall private property be taken for public use without just compensation.
Double jeopardy; self-incrim- ination; due process; compensation for property	ART. VI. In all criminal prosecutions the accused shall enjoy the right to a speedy and public trial, by an impartial jury of the State and district wherein the crime shall have been committed, which district shall have been previously ascertained by law, and to be informed of the nature and cause of the accusation; to be confronted with the witnesses against him; to have compulsory process for obtaining witnesses in his favour; and to have the assistance of counsel for his defence.
Trial by jury	
Accusation; witnesses; counsel	

²⁸ 1 U.S. Statutes at Large 21.

FIRST TEN AMENDMENTS TO THE CONSTITUTION

ART. VII. In suits at common law, where the value in controversy shall exceed twenty dollars, the right of trial by jury shall be preserved; and no fact tried by a jury shall be otherwise re-examined in any court of the United States than according to the rules of the common law.	Juries in civil cases
ART. VIII. Excessive bail shall not be required, nor excessive fines imposed, nor cruel and unusual punishments inflicted.	Bail, fines, and punishments
ART. IX. The enumeration in the Constitution of certain rights, shall not be construed to deny or disparage others retained by the people.	Reservation of other rights and powers
ART. X. The powers not delegated to the United States by the Constitution, nor prohibited by it to the States, are reserved to the States respectively or to the people.	

O art. I do *Bill of Rights* se debruça sobre diversos direitos essenciais do cidadão. As liberdades de imprensa e de opinião destacam-se porquanto funcionam como pilares de um governo que pretende fundar-se na vontade do povo. Nesse ponto, Perry, de forma muito pertinente, nos lembra que o desenvolvimento dessas garantias se deu em paralelo ao crescimento paulatino dos poderes políticos do povo durante os séculos XVII e XVIII, mas alcançou sua máxima expressão no contexto Americano, na medida em que a imprensa americana se consolidou como uma das mais poderosas forças de disseminação das oposições coloniais às medidas autoritárias da metrópole²⁰³. De fato, em 1774 o Primeiro Congresso Colonial listou a liberdade de imprensa como uma das prerrogativas mais essenciais dos colonos, ao passo que a Carta de Direitos da Virgínia de 1776 foi a primeira a expressamente

²⁰³ PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 425.

resguardar tal liberdade, tendo sido rapidamente acompanhada pela Pensilvânia, com sua Declaração de Direitos de 1776, e pelos demais Estados²⁰⁴.

Ainda no tocante ao art. I, a previsão dos direitos de formação de assembleia e de livre petição ao governo relacionam-se à garantia fundamental de livre discussão do povo. No contexto americano pré-revolucionário, as petições foram amplamente utilizadas como meio de manifestação de descontentamento perante o Parlamento e a coroa, a exemplo do conjunto de petições encaminhadas ao Parlamento por ocasião da aprovação do *Sugar Act*, bem como das resoluções oriundas do Congresso da Lei do Selo. No nível estadual, a Declaração de Direitos da Pensilvânia de 1776 foi a primeira a introjetar a esse direito na Constituição²⁰⁵.

Mesmo o direito ao livre porte de armas, previsto no art. II, pode ser relacionado às insurgências geradas pelos atos tributários da Grã-Bretanha. Tal garantia se relaciona com o direito do povo de constituir milícias armadas com o objetivo de preservar o Estado livre, o que muitas vezes foi taxado como abuso pelos governadores reais nas colônias ao longo da fase mais radical dos protestos contra a metrópole. Em sentido parelho, a proibição contida no art. III quanto ao aquartelamento de soldados em residências privadas sem o consentimento do proprietário guarda relação direta com os atos de aquartelamento de 1776 – uma das normas trazidas pelos *Townshend Acts*. Mais uma vez, os abusos perpetrados no conturbado contexto das imposições tributárias britânicas refletiram de forma quase linear na afirmação constitucional das garantias fundamentais do indivíduo em 1791.

Já o art. IV pode ser compreendido como uma consequência direta da utilização abusiva de mandados de busca e apreensão por oficiais britânicos no contexto da imposição dos atos de comércio²⁰⁶. A Virgínia foi o primeiro Estado a prever o uso excessivo de tais mandados na Constituição²⁰⁷.

O art. V consigna uma série de regras atinentes aos procedimentos a serem adotados quando em face da possibilidade de restrição aos direitos à vida, liberdade

²⁰⁴ PERRY, Richard L. *Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights*. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 425.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 426.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 427.

²⁰⁷ *Idem*.

e propriedade do indivíduo, e podem ser resumidos na garantia essencial do *due process of law*²⁰⁸. O *Bill of Rights* da Virgínia (1776) foi a primeira constituição estadual a reconhecer a garantia ao devido processo legal, privilégio este incorporado in todas as declarações de direito estaduais antes mesmo do advento da Constituição dos Estados Unidos. Apesar disso, tal garantia já constava, ainda que de forma incipiente, na Magna Carta de 1215²⁰⁹.

Por sua vez, o art. VI da Carta de Direitos dispõe sobre os direitos procedimentais do indivíduo quando acusado de crimes. Nesse ponto, voltamos nossa atenção à exigência constante do dispositivo de que haja quaisquer acusações de natureza criminal passem pelo crivo de um Tribunal do Júri. Lembremos que uma das principais características dos Tribunais aduaneiros do Vice-Almirantado, especialmente após o marco dos *Townshend Acts*, era a ausência de um júri popular quando do julgamento dos crimes de contrabando imputados a colonos. Tal sistemática de jurisdição estabelecia, conforme visto, uma lógica perversa segundo a qual os juízes eram estimulados a julgar contrariamente aos acusados, à revelia do princípio maior do *fair trial*. Com efeito, as violações do direito ao júri fizeram com que os americanos prezassem sobremaneira por essa prerrogativa quando da confecção das declarações de direitos estaduais e, posteriormente, da Carta de Direitos federal.

Por fim, passando para o art. IX, em que pese a circunstância de tal enunciado ter sido incluído no *Bill of Rights* como uma resposta às alegações de que a promulgação de um núcleo garantidor de direitos individuais era “perigosa”, na medida em que a enumeração de certas garantias prejudicaria o usufruto de outras não expressamente mencionadas²¹⁰, entendemos que o mecanismo constante desse dispositivo terminou fomentando uma cultura de direitos fundamentais altamente frutífera. Sob a égide desse dispositivo, os Estados mantiveram-se livres para ampliar, a todo o momento, as fronteiras do que se entende por direitos subjetivos; instaurando, dessa forma, importante incentivo à participação popular na

²⁰⁸ PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959. p. 425.

²⁰⁹ Ibidem, p. 428.

²¹⁰ Ibidem, p. 430.

produção dos rumos do governo em torno do caráter contra majoritário dos direitos fundamentais.

Por fim, conforme visto, concluímos que cada uma das emendas que compuseram o *Bill of Rights* contém em seu âmago reflexos mais ou menos visíveis dos debates travados com as autoridades britânicas em torno da questão tributária. Desde os direitos à liberdade de imprensa e de petição, passando pela vedação à utilização indiscriminada de mandados judiciais, até a garantia de um júri popular em questões criminais: não há como fechar os olhos ao fato de que as oposições coloniais às leis tributárias da década de 1760 repercutiram não só na luta americana pela consolidação desses direitos, mas também em seu conteúdo.

Em uma perspectiva mais ampla, somos conduzidos à constatação de que o surgimento dos direitos fundamentais no pensamento jurídico ocidental moderno possui, invariavelmente, origens tributárias – percepção por si só extremamente frutífera.

Conclusão

Considerando o exposto, concluímos pela forte presença do elemento tributário nas origens dos direitos fundamentais na Revolução Americana. Com efeito, com a reestruturação da presença britânica nas colônias iniciada na década de 1760, aquela sociedade passou a experimentar um movimento progressivo de imposição de encargos tributários internos e externos, sempre com o objetivo de incrementar as receitas da coroa, e com vistas ao preenchimento da gigantesca lacuna fiscal em relação às Treze Colônias. Mas o aumento da pressão tributária não seria passivamente acatado. Por mais justificáveis que tais medidas fossem do ponto de vista estritamente fiscal, os colonos reagiram energicamente, travando com a metrópole um feroz embate, com fortes elementos constitucionais. O movimento do *no taxation without representation* ditou o tom do pleito colonial; e o que parecia um conjunto inofensivo de atos regulatórios transmutou-se em combustível para uma das Revoluções mais progressistas da história da humanidade. A Revolução Americana, por sua vez, não só criou os Estados Unidos do ponto de vista político-institucional, mas também deu origem a noções eminentemente modernas de Constitucionalismo e Estado de Direito, às quais lançaram as bases de uma das ideias mais progressistas do pensamento jurídico moderno: a de direitos fundamentais.

O que se pretendeu explorar no presente trabalho foi precisamente a íntima relação que os direitos fundamentais do indivíduo guardam com as imposições tributárias britânicas da década de 1760. Dessa relação, extraímos a constatação de que a questão da tributação sempre se fez presente na origem da noção moderna de direitos fundamentais, de tal sorte que quaisquer pretensões no sentido de distanciar tais dimensões devem ser vigorosamente questionadas.

Por fim, esperamos que o presente esforço intelectual possa servir de incentivo à novas investigações sobre o tema, sempre com o propósito de tornar visível a relações supracitada.

Referências bibliográficas

ACKERMAN, Bruce. Nós o povo soberano: fundamentos do direito constitucional. Tradução de Mauro Raposo de Mello; coordenador e supervisor Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

Constitution of the United States. Preamble. 17 de Setembro de 1787. Ratificada em 21.06.1788. Disponível em: <https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

HOWARD, George Elliott. The First Act for Revenue from the Colonies (1763-1764). The American Nation: A History. Editado por Albert Bushnell Hard, 1904-1918.

_____. The Menace of the Stamp Act (1764-1765). The American Nation: A History. Editado por Albert Bushnell Hard, 1904-1918.

KELLY, Alfred H. Where Constitutional Liberty Came. The Origins and Meaning of Our Bill of Rights and Government. Publicado por Carrie Chapman Catt Memorial Fund, Inc. 1954.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 36. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

PERRY, Richard L. Sources of Our Liberties. Documentary Origins of Individual Liberties in the United States Constitution and Bill of Rights. Edited by Richard L. Perry. General supervision of John C. Cooper. 1959.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40 ed., rev. e atual. Até a Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017.

The Articles of Confederation. 15 de Novembro de 1777. Disponível em: <<http://history.house.gov/Historical-Highlights/1700s/The-Articles-of-Confederation/>>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

The Declaration of Independence. The Want, Will, and Hopes of the People. 4 de Julho de 1776. Disponível em: <<http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Último acesso em: 20 de Junho de 2017.

WOOD, Gordon S. A revolução americana. Trad. Michel Teixeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

_____. The creation of the American Republic, 1776-1787. Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, Virgínia. Publicado originalmente por University of North Carolina Press, 1969. Reimpresso em 1993.

_____. The Radicalism of the American Revolution. First Vintage Books Edition, Março de 1993. Publicado originalmente por: Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1992.